



Uema
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO MARANHÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
CAMPUS PINHEIRO
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA

FELIPE JESUS DA CONCEIÇÃO PEREIRA

**DELINEANDO CAMINHOS PARA O ENFRENTAMENTO DA HOMOFOBIA EM
AMBIENTES ESCOLARES**

Pinheiro
2025

FELIPE JESUS DA CONCEIÇÃO PEREIRA

**DELINEANDO CAMINHOS PARA O ENFRENTAMENTO DA HOMOFOBIA EM
AMBIENTES ESCOLARES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia
Licenciatura da Universidade Estadual do
Maranhão – UEMA, para obtenção do grau
de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Ma. Maria Lúcia de
Souza Holanda

Pinheiro
2025

Pereira, Felipe Jesus da Conceição

Delineando caminhos para o enfrentamento da homofobia em ambientes escolares. Felipe Jesus da Conceição Pereira. – Pinheiro, MA, 2025.

68 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia Licenciatura) – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Campus Pinheiro, 2025.

Orientador(a): Profa. Ma. Maria Lúcia de Souza Holanda

1. Homofobia. 2. Ambientes escolares. 3. Enfrentamento. I. Título.

CDU 37.06:323.3(812.1)

FELIPE JESUS DA CONCEIÇÃO PEREIRA

**DELINEANDO CAMINHOS PARA O ENFRENTAMENTO DA HOMOFOBIA EM
AMBIENTES ESCOLARES**

Monografia apresentada junto ao Curso de
Pedagogia da Universidade Estadual do
Maranhão – UEMA, para obtenção do grau
de licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em: 22/01/2025

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

MARIA LUCIA DE SOUZA HOLANDA

Data: 14/02/2025 19:50:08-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Ma. Maria Lúcia de Souza Holanda (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA



Documento assinado digitalmente

EANES DOS SANTOS CORREIA

Data: 14/02/2025 19:22:13-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Eanes dos Santos Correia

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA



Documento assinado digitalmente

EDILENE REIS PEREIRA

Data: 14/02/2025 20:18:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Ma. Edilene Reis Pereira

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

À todos aqueles que perderam suas vidas em nome da ignorância e não puderam vivenciar um mundo justo e igualitário para todos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pelo apoio incondicional e por sempre acreditarem em mim, em especial a minha mãe que sempre me incentivou a nunca parar de estudar e sempre progredir na minha formação.

À minha querida orientadora, Maria Lúcia Holanda, pela paciência, dedicação e por todas as orientações que foram fundamentais para a realização desse trabalho.

Aos professores que disponibilizaram de seu valioso tempo para responderem ao questionário, contribuindo de forma significativa para essa pesquisa.

“A diversidade é o que nos torna únicos e a inclusão é o que nos torna completos.”

Kevin E. Hein

RESUMO

O fenômeno do bullying é um dos grandes desafios a serem combatidos no ambiente escolar, dentre tantas motivações para a ocorrência, existe a homofobia que motiva os agressores a cometer o delito por simplesmente não aceitarem a orientação sexual da vítima. O presente trabalho intitulado “Delineando caminhos para o enfrentamento da homofobia em ambientes escolares”, tem como objetivo geral compreender como a homofobia se manifesta nas escolas da cidade de Pinheiro - MA. Como objetivos específicos, buscou-se identificar suas causas, averiguar os casos de violência motivados pela homofobia dentro do ambiente escolar, e a partir disso, apontar alternativas a serem tomadas para a diminuição do problema. A questão que norteou esse trabalho foi “Qual o papel da escola no enfrentamento da homofobia e na valorização da diversidade sexual e de gênero?”. A pesquisa se deu a partir de um levantamento bibliográfico acerca do tema, juntamente a produção e análise de dados quantitativos e qualitativos, obtidos por meio de um questionário eletrônico aplicado a professores do ensino fundamental da cidade de Pinheiro – MA, para analisar a incidência da homofobia, as formas como ela se evidencia nas instituições de ensino e a percepção dos professores sobre o problema. O trabalho também explora as raízes históricas e sociais da homofobia no Brasil e o papel da escola na perpetuação de preconceitos, para tanto, fundamentou-se a partir das obras de autores como Louro (1997), Silva (2018), Junqueira (2007), e Dinis (2011) e em documentos oficiais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 7.716/89. A pesquisa apontou para a prevalência da homofobia nas escolas e a urgência da discussão sobre o tema, foi identificado também os principais desafios que os professores enfrentam ao trabalhar a questão da diversidade em sala de aula e o desejo que esses profissionais tem de construir um ambiente mais acolhedor e inclusivo para seus alunos. Finalmente, o estudo apresenta perspectivas futuras para a implementação de ações mais eficazes de combate à homofobia no contexto educacional.

PALAVRAS-CHAVES: Homofobia; Ambientes escolares; Enfrentamento.

ABSTRACT

The phenomenon of bullying is a major challenge to be combated in the school environment. Among the many motivations for its occurrence, there is homophobia, which motivates aggressors to commit the offense simply because they do not accept the victim's sexual orientation. This study, entitled "Delineating Paths to Confronting Homophobia in School Environments," aims to understand how homophobia manifests itself in schools in the city of Pinheiro, Maranhão, Brazil. As specific objectives, it sought to identify its causes, investigate cases of violence motivated by homophobia within the school environment, and from this, point out alternatives to be taken to reduce the problem. The question that guided this work was "What is the role of the school in confronting homophobia and valuing sexual and gender diversity?". The research was conducted through a bibliographic survey on the topic, together with the production and analysis of quantitative and qualitative data, obtained through an electronic questionnaire applied to elementary school teachers in the city of Pinheiro, Maranhão, Brazil, to analyze the incidence of homophobia, the ways in which it is evidenced in educational institutions, and teachers' perceptions of the problem. The study also explores the historical and social roots of homophobia in Brazil and the role of the school in perpetuating prejudices. For this purpose, it was based on the works of authors such as Louro (1997), Silva (2018), Junqueira (2007), and Dinis (2011) and in official documents such as the Brazil's Federal Constitution of 1988 and Law No. 7.716/89. The research pointed to the prevalence of homophobia in schools and the urgency of discussing the topic. It also identified the main challenges that teachers face when working on the issue of diversity in the classroom and the desire that these professionals have to build a more welcoming and inclusive environment for their students. Finally, the study presents future perspectives for the implementation of more effective actions to combat homophobia in the educational context.

KEYWORDS: Homophobia; School environments; Confronting

RESUMEN

El fenómeno del bullying es uno de los grandes desafíos a combatir en el ambiente escolar. Entre las múltiples motivaciones para su ocurrencia, se encuentra la homofobia, que impulsa a los agresores a cometer el delito simplemente por no aceptar la orientación sexual de la víctima. El presente trabajo, titulado “Delineando caminos para el enfrentamiento de la homofobia en ambientes escolares”, tiene como objetivo general comprender cómo se manifiesta la homofobia en las escuelas de la ciudad de Pinheiro, Maranhão, Brasil. Como objetivos específicos, se buscó identificar sus causas, investigar los casos de violencia motivados por la homofobia dentro del ámbito escolar y, a partir de ello, proponer alternativas para disminuir el problema. La pregunta que guió este trabajo fue “¿Cuál es el papel de la escuela en el enfrentamiento de la homofobia y en la valorización de la diversidad sexual y de género?” La investigación se basó en una revisión bibliográfica sobre el tema, junto con la producción y análisis de datos cuantitativos y cualitativos, obtenidos a través de un cuestionario electrónico aplicado a profesores de educación primaria de la ciudad de Pinheiro, Maranhão, Brasil, para analizar la incidencia de la homofobia, las formas en que se evidencia en las instituciones educativas y la percepción de los profesores sobre el problema. El trabajo también explora las raíces históricas y sociales de la homofobia en Brasil y el papel de la escuela en la perpetuación de prejuicios. Para ello, se basó en las obras de autores como Louro (1997), Silva (2018), Junqueira (2007) y Dinis (2011), así como en documentos oficiales como la Constitución Federal de Brasil de 1988 y la Ley nº 7.716/89. La investigación señaló la prevalencia de la homofobia en las escuelas y la urgencia de discutir el tema. También se identificaron los principales desafíos que enfrentan los profesores al abordar la cuestión de la diversidad en el aula y el deseo de estos profesionales de construir un ambiente más acogedor e inclusivo para sus estudiantes. Finalmente, el estudio presenta perspectivas futuras para la implementación de acciones más efectivas de combate a la homofobia en el contexto educativo.

PALABRAS CLAVE: Homofobia; Ambientes escolares; Enfrentamiento

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Registros de crimes contra população LGBTQI+, por tipo - Brasil e Unidades da Federação – 2022-2023	18
Gráfico 1 – Denúncias de assassinato por motivação homofóbica registradas entre 2011 e 2018 no Brasil	19
Gráfico 2 – Assassinatos de pessoas trans no Brasil	19
Gráfico 3 – Frequência da agressão verbal durante o ano passado (2015) na instituição educacional	29
Gráfico 4 – Frequência da agressão física durante o ano passado (2015) na instituição educacional	29
Gráfico 5 – Sexo dos professores pesquisados	39
Gráfico 6 – Tipo de escola em que os professores pesquisados trabalham	39
Gráfico 7 – Pergunta 1: Com que frequência você percebe manifestações de homofobia em sua sala de aula?	40
Gráfico 8 – Pergunta 2: Quais formas de homofobia você já presenciou em sua sala de aula?	41
Gráfico 9 – Pergunta 3: Você acredita que a homofobia é um problema crescente nas escolas?	41
Gráfico 10 – Pergunta 6: Como você avaliava o conhecimento de seus alunos sobre diversidade sexual e de gênero?	43
Gráfico 11 – Pergunta 1: Você já participou de alguma formação ou treinamento sobre diversidade sexual e de gênero?	44
Gráfico 12 – Pergunta 2: Você se sente preparado para abordar o tema da homofobia em sala de aula?	45
Gráfico 13 – Pergunta 1: Nos últimos 12 meses, quantos casos de agressão verbal ou física relacionados à orientação sexual ou identidade de gênero você presenciou no ambiente escolar?	48

Gráfico 14 – Pergunta 2: Você notificou a direção da escola sobre esses casos?	
.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CFP	Conselho Federal de Psicologia
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GGB	Grupo Gay da Bahia
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não binários, e outros
MA	Maranhão
MEC	Ministério da Educação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organizações não-governamentais
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TGEu	Transgender Europe
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. HOMOFOBIA NO BRASIL: UM PANORAMA DA VIOLÊNCIA E DO PRECONCEITO	17
2. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA HOMOFOBIA: UM OLHAR PARA A HISTÓRIA DO BRASIL	22
3. A ESCOLA COMO ESPAÇO DE (DES)RESPEITO: A HOMOFOBIA NO COTIDIANO ESCOLAR.....	27
4. ESTRATÉGIAS PARA O ENFRENTAMENTO DA HOMOFOBIA	34
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	38
5.1. Caracterização da pesquisa.....	38
5.2. Caracterização dos sujeitos da pesquisa	39
5.3. Processo de produção de dados	39
5.4. Resultado e discussão dos dados	40
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	53
GLOSSÁRIO	59
APÊNDICES.....	60

INTRODUÇÃO

Tem-se observado um aumento significativo nos casos de homofobia no Brasil, e as unidades de ensino como ambientes socializantes, trazem para dentro de seus espaços representações de situações problemáticas vistas de forma maximizada lá fora. A presença da homofobia dentro dos espaços escolares é inegável, ela acontece de diversas formas, por vezes explícitas, mas em geral de forma velada, dificultando sua identificação e tomada de atitudes para frear seus avanços. A partir disso, surge a pergunta: “Qual o papel da escola no enfrentamento da homofobia e na valorização da diversidade sexual e de gênero?”

Esse trabalho possui como justificativa, portanto, a necessidade da problematização acerca da LGBTfobia e do incentivo a debates reflexivos sobre identidade de gênero e diversidade sexual dentro do ambiente escolar. Como professoras e professores, devemos ultrapassar a barreira da simples transmissão de conhecimento, usufruindo de nossa posição de educadores para instigar o jovem a conhecer e a trabalhar questões sociais que muitas vezes não recebem a atenção necessária dentro do seio familiar. É no ambiente escolar que temos que questionar a heterossexualidade como modelo único de afetividade amorosa entre as pessoas. É onde também devemos aprender que gênero e sexualidade são algo que iremos encontrar em toda a sociedade, incluindo o espaço escolar. Dessa forma, acredita-se que a escola é o lugar ideal para discutir amplamente questões do tipo, não tão somente com os alunos, mas com a população em geral que não dispõe da mesma oportunidade de construção de conhecimento.

A escola desempenha um papel fundamental na formação do conhecimento, dos valores e comportamentos dos sujeitos nela inseridos. Tal característica a coloca em uma posição ideal para a desconstrução de preconceitos enraizados no cerne da nossa sociedade e a construção de pessoas tolerantes quanto a diversidade sexual. Mesmo que não se possa chegar a uma sociedade idealizada sem preconceitos e centrada no valor do respeito, se tem como objetivo a construção de um ambiente que promova e valorize nossas subjetividades e diferenças, estruturando pouco a pouco uma sociedade mais justa para todos, trabalhando com as novas gerações nesse processo construtivo. Porém, para tanto, é necessário que tenhamos um conhecimento aprofundado sobre a situação a qual queremos intervir, não bastando apenas a vontade de mudar.

Entender as origens, motivações e consequências da homofobia na vida dos jovens se torna então essencial, e nisto se centra o objetivo central dessa pesquisa, compreender como a homofobia se manifesta nos ambientes escolares brasileiros, em especial os da cidade de Pinheiro - MA, e a partir disso, identificar os princípios e razões por trás desse preconceito e gerar uma visão estatística preliminar sobre os casos de homofobia em escolas dessa cidade, para então no progredir, utilizar desses dados produzidos para desenvolver formas de enfrentamento ao problema, levando em conta o contexto local aos quais as escolas estão inseridas. Analisar como as relações de discriminação acontecem dentro do ambiente escolar pode servir para que entendamos melhor como a problemática se estende a locais mais amplos e a própria sociedade. Além claro, da questão de que trabalhar com um público mais jovem seja proveitoso, no sentido em que há a possibilidade de que conheçamos as diversas origens do preconceito, também podendo ali mesmo buscar novas formas de enfrentamento ao problema.

Levando em conta toda essa problemática é que emerge a ideia principal desse trabalho, de usar o ambiente escolar como campo de reflexão acerca da LGBTfobia, trabalhando não somente a questão do preconceito com os alunos, mas também levando a discussão ao nível dos pais e comunidade, para que sejam capazes por si só de entender quais são as intenções por trás dos métodos utilizados, não deixando assim margem para interpretações equivocadas por falta ou distorção de informações. A adição dos adultos ao projeto também visa a educação das gerações anteriores sobre o tema, pois entende-se que muitas vezes a criança apenas está espelhando comportamentos presenciados em casa, sendo assim não adiantaria se esforçar para criar um ambiente de reflexão dentro da escola se em casa o aluno continuasse a receber ensinamentos contraditórios de seus pais.

Acredita-se que ninguém nasce preconceituoso, mas aprende a ser no ambiente em que vive, então tem-se na educação a chave para acabar com esse problema que perdura em nossa sociedade. Queremos mudar isso e construir uma sociedade melhor para as gerações futuras, em que a educação trabalhará como o alicerce do respeito ensinando a amar as diferenças que nos constituem como seres humanos. A escola como local de construção de saberes deve ser usada como pilar da reestruturação social, usando de seu potencial de transformação para construir valores sólidos de respeito e igualdade nas próximas gerações e também se incumbir

de repassar as gerações anteriores que não tiveram o mesmo acesso à educação, os ideais de um mundo justo para todos. É sabido que apenas isso não é o suficiente para pôr fim ao problema, mas se conseguirmos plantar em cada criança a semente do respeito e da tolerância, elas serão capazes de no futuro fazerem mais, e lutarem por um mundo melhor.

Esse trabalho se deu inicialmente através de uma pesquisa bibliográfica para referencial teórico no intento de descobrir o que já se sabe sobre a temática e correlacionar conhecimentos, criando assim novas ideias e hipóteses. Feito isso realizou-se uma pesquisa quanti-qualitativa através da aplicação de um questionário eletrônico com membros do corpo docente de escolas do ensino fundamental da cidade de Pinheiro – MA, para compreender melhor suas experiências, observações e opiniões sobre a temática da homofobia no ambiente escolar, assim como para se ter uma noção estatística da quantidade de casos de homofobia nas escolas da região.

Através dessas respostas foi possível entender melhor quais as principais demandas dos professores em relação ao tema, assim como quais os desafios a serem enfrentados para a implementação desse projeto. Através do cruzamento das informações obtidas com a aplicação dos questionários e com a pesquisa bibliográfica criou-se então um plano de ação com sugestões de atividades que melhor se adequem a realidade das escolas da região para trabalhar questões relacionadas a gênero, diversidade sexual e combate a homofobia.

O trabalho se estruturou nas seguintes questões principais: A homofobia na sociedade brasileira, suas raízes históricas, como ela se manifesta nas escolas, e quais as principais medidas para combater o problema, assim como os desafios para isso. Os resultados obtidos reforçaram a presença do preconceito nas instituições de ensino, o que demonstra a necessidade de se trabalhar a temática da diversidade na escola. Constatou-se também o compromisso dos professores acerca da discussão, sua vontade de fazer mais por seus alunos e os principais obstáculos que enfrentam no percurso.

1. HOMOFOBIA NO BRASIL: UM PANORAMA DA VIOLÊNCIA E DO PRECONCEITO

A palavra homofobia já vem sendo usada há um bom tempo, é comum ouvi-la principalmente em jornais televisivos, onde sempre existem casos de mortes motivadas por razão desse preconceito. A Homofobia, num contexto geral, deve ser entendida como um sentimento de medo ou repúdio inexplicável, junto de ações negativas direcionadas a pessoas que se identificam ou são percebidas como homossexuais, bissexuais, lésbicas, e em alguns casos também para se referir ao mesmo sentimento em relação a pessoas transgênero, apesar de haver uma palavra específica para esse comportamento (transfobia). Segundo Borrillo, a homofobia pode ser definida como:

a hostilidade geral, psicológica e social contra aqueles que supostamente desejam ou têm práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo. Forma específica de sexismo, a homofobia rejeita, igualmente, todos que não se conformam com o papel predeterminado para seu sexo biológico. Construção ideológica que consiste na promoção de forma de sexualidade (hetero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquia de sexualidades e tira dela consequências políticas (2001, p.36, tradução própria).

Um aspecto importante a se considerar é que a manifestação da homofobia no Brasil está fortemente associada à desigualdade nas relações de gênero (sexismo) e ao preconceito contra a não-conformidade de gênero (Costa et al., 2012).

Existem várias expressões sociais da homofobia, desde atos violentos de agressão física e restrição de direitos sociais até a imposição da exclusão social às pessoas cujas práticas sexuais não são heterossexuais (Meyrou, 2005; Borrillo, 2000). A homofobia juntamente ao racismo e ao machismo podem ser vistos como a tríplice discriminatória da sociedade brasileira, isto é, tais formas de preconceito são as mais presentes e visíveis dentro do nosso meio, e são responsáveis por um grande número de casos de violência e assassinatos em razão do sentimento de desprezo que se tem com relação as pessoas pertencentes a estas minorias, que são vistas como inferiores e sem valor humano.

Desde 2011 o Brasil permite o casamento de pessoas do mesmo gênero, e a partir de 2019 a homofobia passou a ser criminalizada, e apesar de não haver uma lei específica, o crime compete pelas mesmas leis de discriminação racial. Apesar do

avanço em relação aos direitos básicos de homossexuais, o preconceito não acabou, pelo contrário, nos últimos anos constatou-se um avanço crescente em relação aos casos de homofobia e transfobia, resultando também em um aumento no número de assassinatos contra pessoas LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não binários, e outros).

A homofobia tornou-se um preconceito estrutural enraizado na sociedade brasileira, que mesmo tomando medidas para intervir nesse comportamento, não apenas persiste como aumenta a cada dia, como apontam os dados do Anuário de 2024 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que mostram um crescimento superior a 40% no número de ocorrências em relação ao ano passado.

Tabela 1 – Registros de crimes contra população LGBTQI+, por tipo
Brasil e Unidades da Federação - 2022-2023

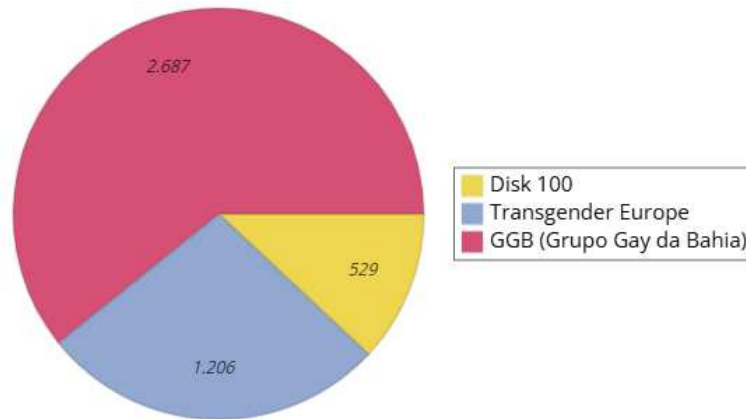
Brasil e Unidades da Federação	Registros de crimes contra pessoas LGBTQI+								
	Lesão Corporal Dolosa			Homicídio Doloso			Estupro		
	Ns. Absolutos 2022 ^(a)	2023	Variação (%)	Ns. Absolutos 2022 ^(a)	2023	Variação (%)	Ns. Absolutos 2022 ^(a)	2023	Variação (%)
Brasil	3.024	3.673	21,5	151	214	41,7	252	354	40,5
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alagoas	41	37	-9,8	16	11	-31,3	5	6	20,0
Amapá	...	...	...	1	-	...	6	5	-16,7
Amazonas	41	42	2,4	-	-	-	3	4	33,3
Bahia	420	471	12,1	...	...	...	31	37	19,4
Ceará	435	498	14,5	31	44	41,9	32	39	21,9
Distrito Federal ^(b)	68	73	7,4	1	1	-	-	5	...
Espírito Santo	197	259	31,5	9	6	-33,3	19	19	-
Goiás ^(c)	26	29	11,5	2	1	-50,0	-	1	...
Maranhão	...	102	...	...	34	...	...	31	...
Mato Grosso	40	39	-2,5	8	7	-12,5	-	1	...
Mato Grosso do Sul	54	43	-20,4	2	2	-	19	57	200,0
Minas Gerais	615	596	-3,1	15	32	113,3	28	40	42,9
Pará	60	104	73,3	11	6	-45,5	3	3	-
Paraíba	50	78	56,0	7	2	-71,4	-	-	-
Paraná	95	94	-1,1	7	12	71,4	9	13	44,4
Pernambuco ^(d)	546	585	7,1	30	31	3,3	54	50	-7,4
Piauí	41	68	65,9	5	9	80,0	3	5	66,7
Rio de Janeiro	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Rio Grande do Norte	53	47	-11,3	1	7	600,0	3	3	-
Rio Grande do Sul	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Rondônia	43	64	48,8	2	3	50,0	5	6	20,0
Roraima	21	47	123,8	1	2	100,0	8	11	37,5
Santa Catarina	153	109	-28,8	-	-	-	15	11	-26,7
São Paulo	...	253	...	...	3	...	...	1	...
Sergipe ^(e)	7	2	-71,4	-	-	-	5	3	-40,0
Tocantins	18	33	83,3	2	1	-50,0	4	3	-25,0

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024

O portal UOL teve acesso aos dados de um relatório de 2018 realizado por Julio Pinheiro Cardia, ex-coordenador da Diretoria de Promoção dos Direitos LGBT do Ministério dos Direitos Humanos, onde foram somadas as denúncias de assassinato registradas entre 2011 e 2018 pelo Disque 100, pelo Transgender Europe (TGEu) e pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), totalizando 4.422 mortos no período. Isso é

equivalente a 552 mortes por ano, ou uma vítima de homofobia a cada 16 horas no país.

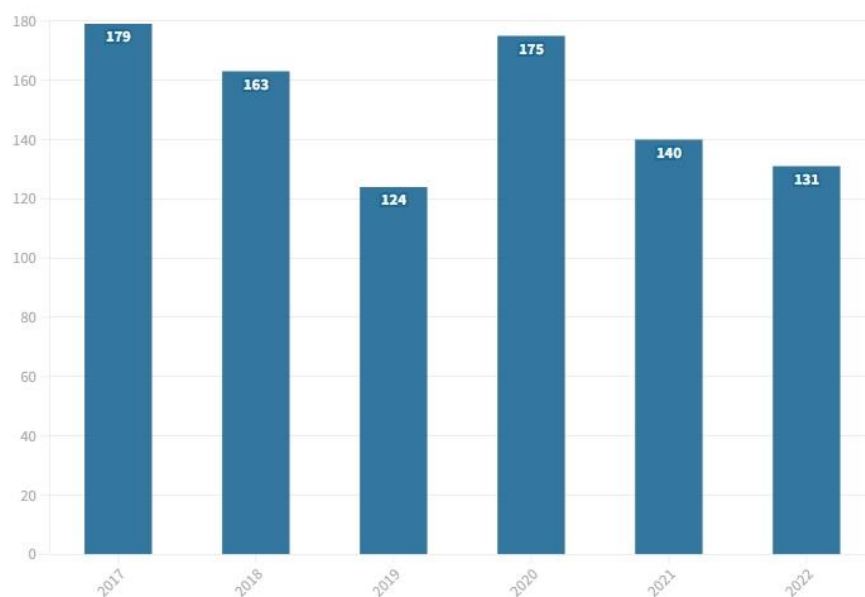
Gráfico 1 – Denúncias de assassinato por motivação homofóbica registradas entre 2011 e 2018 no Brasil



Fonte: Julio Pinheiro Cardia/Portal UOL

Quando se trata de assassinatos por motivação transfóbica, o Brasil assume a liderança do vergonhoso ranking de países que mais matam pessoas trans no mundo pelo 14º ano consecutivo. Segundo um dossiê elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), foram 131 travestis e mulheres transexuais assassinadas somente no ano de 2022.

Gráfico 2 – Assassinatos de pessoas trans no Brasil (2017-2022)



Fonte: Antra

Uma pesquisa realizada pela ONG Transgender Europe (TGEu) nos dá um norte da causa desse problema recorrente principalmente aqui na América Latina. Entre as causas, estão altos níveis de violência no contexto histórico, alta vulnerabilidade de transexuais na prostituição e a falha do Estado em prevenir e investigar esses crimes. De acordo com Dinis:

A homofobia se tornou, no mundo contemporâneo, um dos últimos preconceitos ainda tolerados. Qualquer brasileiro pode se lembrar facilmente de vários nomes da política nacional ou dos movimentos de defesa dos Direitos Humanos que defendem publicamente o direito das minorias étnico-raciais, das mulheres, dos presidiários, dos sem-terra, das pessoas com necessidades educativas especiais, mas que se escondem quando o assunto em pauta é o combate à violência ou a luta pelos direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Na atualidade poucas pessoas ousariam expressar publicamente formas de sexismo contra as mulheres, ou formas de racismo que incentivem explicitamente o preconceito contra a população negra, contra a população judaica, contra a população indígena, ou outras minorias étnico-raciais. No entanto, dizer publicamente não se simpatizar ou mesmo odiar pessoas homossexuais ainda é algo não só tolerado, como constitui também em uma forma bastante comum de afirmação e de constituição da heterossexualidade masculina (2011, p. 41).

Esses dados são extremamente preocupantes porque aqui não estamos falando apenas de números, estamos falando de vidas humanas, de pessoas reais, cidadãos como qualquer outro, que são vistos como diferentes apenas por serem quem são, pessoas que saem de suas casas sem saber se voltarão, porque podem ser mortas pelo motivo mais torpe de todos: a ignorância.

Casos de homofobia e transfobia apesar de frequentes, não costumam ser noticiados amplamente pelos meios de comunicação, criando a falsa percepção de que são casos isolados e esporádicos. Notícias do tipo apenas ganham cobertura nacional e são largamente divulgadas quando envolvem alguma personalidade famosa ou causam espanto pela brutalidade como ocorreram, contribuindo para a invisibilidade das ocorrências e criando a ideia de que casos do tipo só se destacam pela violência física, ignorando a violência psicológica e negação de direitos básicos sofridos pelas vítimas.

A homo-lesbo-transfobia se manifesta de diversas formas na sociedade brasileira, muitas vezes, sem que muitos deem a devida atenção a ela. Basta uma rápida busca na internet para encontrar várias notícias retratando essa violência. Os casos mais bárbaros são os que têm a maior relevância para os jornais e por isso são

os primeiros a aparecerem nas pesquisas. Essas transgressões são tipicamente crimes de ódio e constituem um grave problema de saúde pública, afetando principalmente jovens e pessoas transgênero. Os métodos mais comuns de assassinato são armas brancas e de fogo, mas frequentemente envolvem espancamentos, sufocamento e outras crueldades (Mendes; Silva, 2020).

Fora todo o trauma sofrido, na maioria das vezes ocasionando na morte da vítima, ainda existe a vitimização ocasionada pela mídia, que por vezes cria uma exposição excessiva e sensacionalista em cima do caso, causando um constrangimento maior e ocasionando um trauma secundário. Exemplos disso podem ser percebidos quando jornais tratam travestis e mulheres trans no masculino, divulgando seus nomes civis e ignorando seus nomes sociais ou quando imagens gráficas dos crimes são divulgadas e compartilhadas em redes sociais causando danos a reputação e vida pessoal dos alvos dos ataques.

Além das agressões físicas, o preconceito também se mostra presente em forma de violência verbal, quando pessoas LGBTQIAPN+ são hostilizadas e humilhadas tanto publicamente quanto na internet em razão da sua sexualidade ou identidade de gênero, ou ainda em forma de negação de direitos básicos, como a proibição do uso de banheiros públicos e a dificuldade de adentrar no mercado de trabalho, com empregadores que não respeitam suas identidades e demissões de empregos sofridas após sua sexualidade ter sido exposta no ambiente profissional, desencadeando na marginalização dessas pessoas e obrigando-as a adentrar no mercado da prostituição. Cidadãos LGBTQIAPN+, especialmente pessoas transgênero, enfrentam barreiras no acesso a cuidados de saúde e outros serviços devido ao preconceito, exclusão e desrespeito por suas identidades (Albuquerque et al., 2016; Rocon et al., 2016).

Essas são apenas algumas das incontáveis situações em que o preconceito e a violência se fizeram presentes e culminaram na maioria das vezes na perda de uma vida inocente. Somente quem faz parte da comunidade LGBTQIAPN+ sabe de verdade, a pressão psicológica que é viver sabendo que pode ser agredido ou até mesmo ter a sua vida ceifada a qualquer momento somente por ser quem é de verdade, ter que lidar diariamente com o preconceito e a exclusão, ter seus direitos negados e visto à margem da sociedade. Ser uma pessoa Queer na sociedade brasileira é diariamente um ato de resistência.

2. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA HOMOFOBIA: UM OLHAR PARA A HISTÓRIA DO BRASIL

A homofobia, assim como outras formas de discriminação presentes atualmente na sociedade brasileira, não surgiu repentinamente, ou ainda de forma recente, são representações de preconceitos que aqui existem desde a colonização do país. A intersecção entre o colonialismo português e a religião católica na formação do Brasil contribuiu significativamente para a construção de uma sociedade heteronormativa e na institucionalização da homofobia. A intersecção entre colonialismo, racismo e patriarcado criou um ambiente propício para a marginalização de identidades e expressões de gênero e sexualidade não-normativas (Albuquerque et al., 2016).

O processo de colonização envolveu a imposição de valores, crenças e costumes europeus sobre a população indígena e de africanos escravizados, sendo responsável pela aculturação desses povos. Os valores europeus da época eram baseados em uma visão binária de gênero e sexualidade, em uma sociedade colonial patriarcal e hierárquica, com papéis de gênero estritamente definidos. A homossexualidade, nesse contexto histórico, era vista como uma ameaça a essa ordem estabelecida, e conseqüentemente, era reprimida. O racismo institucionalizado e a escravidão, tanto de africanos quanto de indígenas, durante o período colonial, foram responsáveis pela desumanização de grandes grupos da população, abrindo precedentes para diversos tipos de violência, incluindo a homofobia.

A igreja católica, exerceu uma grande influência durante o período colonial, e desempenhava um papel central na construção da moralidade e do controle social. Ao interpretar textos bíblicos de forma a condenar a homossexualidade como pecado, a igreja introduziu a época, a visão desta como transgressão moral e, portanto, justificativa para perseguição e discriminação de pessoas LGBTQIAPN+. Desse período até a contemporaneidade, a homofobia se fixou profundamente na sociedade brasileira, sendo transmitida através das gerações, por meio da família, escola e outras instituições sociais. Entretanto, a homofobia não é apenas um fragmento do passado, mas um problema social complexo e dinâmico, estruturado a partir de processos socioculturais contínuos. A homofobia ainda é prevalente e sustentada por valores religiosos, políticos e culturais em níveis individual e social (Ventriglio et al., 2021).

A heteronormatividade é um conceito essencial para compreender a homofobia e outras formas de discriminação baseadas em gênero e sexualidade. Ela se refere à imposição cultural da heterossexualidade como a norma ou padrão "natural" e "normal" de comportamento sexual e relacionamentos românticos na sociedade (Habarth, 2014), naturalizando e valorizando as relações entre pessoas de sexos diferentes, enquanto outras relações são marginalizadas ou patologizadas, contribuindo para a invisibilidade de pessoas Queer e para a negação de suas experiências e identidades, sendo um dos principais pilares da homofobia. Ela serve como uma força social que mantém o *status* dos membros do grupo dominante, como homens heterossexuais (Ray; Parkhill, 2020). Este conceito engloba crenças essencialistas e binárias sobre sexo e gênero, bem como atitudes comportamentais normativas que reforçam a heterossexualidade como padrão (Habarth, 2014). A heteronormatividade pode se manifestar de várias formas, incluindo a presunção de heterossexualidade e o reforço do sistema binário de gênero (Rosenfeld, 2009). Ela também pode ser reproduzida em diversos contextos, como materiais didáticos de ensino de línguas (Moore, 2020), e políticas educacionais (Mcneill, 2013).

A relação entre religião, moral e homofobia é complexa e multifacetada. Muitas religiões, sobretudo as abraâmicas (judaísmo, cristianismo e islamismo), têm interpretações de textos sagrados, que ao longo dos séculos, foram utilizados como justificativa para discriminar pessoas LGBTQIAPN+. Versículos bíblicos, por exemplo, são frequentemente citados para condenar a homossexualidade como pecado. Os preceitos religiosos são utilizados geralmente como base da moralidade tradicional, que associa a homossexualidade a comportamentos imorais e pecaminosos, reforçando a ideia da família nuclear como única forma legítima de família (Nunes, 2024).

Estudos mostram que pessoas com altas crenças religiosas e que veem a homossexualidade como uma escolha têm maior probabilidade de ter atitudes homonegativas (Malcomson et al., 2006), e que a exposição a ambientes religiosos não-afirmativos está associada a maior homofobia internalizada entre pessoas LGBTQIAPN+ (Barnes; Meyer, 2012). O crescimento de grupos religiosos conservadores na política também tem influenciado na elaboração de leis e políticas públicas que discriminam a comunidade LGBTQIAPN+ e negam a importância de suas pautas. A controvérsia se localiza, de acordo com Oliveira e Oliveira:

No confronto crescente entre os movimentos e discursos que afirmam a dignidade plena e defendem os direitos das mulheres e das pessoas LGBT e os movimentos e discursos conservadores – sobretudo de matriz religiosa evangélica e católica – que têm se fortalecido na última década e que assumiram a luta contra as reivindicações dos movimentos feministas e LGBT como um dos principais focos de sua atuação (2018, p. 17).

A mídia, por sua vez, desempenha um papel fundamental, tanto na construção quanto na desconstrução da homofobia. Em suas diversas formas (televisão, rádio, cinema, internet etc.) exerce um papel fundamental na construção social da realidade, incluindo a forma como percebemos e nos relacionamos com a diversidade sexual (Longaray; Ribeiro, 2015). A mídia molda a opinião pública sobre diversos temas, incluindo a homossexualidade, e pode influenciar atitudes e comportamentos discriminatórios. Durante muito tempo, personagens LGBTQIAPN+ foram apresentados de forma caricata, reforçando estereótipos negativos e limitando a compreensão acerca da diversidade sexual, a perpetuação desses estereótipos contribui para a discriminação.

A falta de representação positiva e realista de pessoas LGBTQIAPN+ contribuiu para a invisibilização e marginalização desses grupos. Programas de televisão, músicas, filmes, séries, e conteúdo propagado em redes sociais podem veicular discursos de ódio e preconceito direcionado a comunidade Queer. A naturalização dessa conduta contribui para a banalização do problema e dificulta a mudança de comportamento (Longaray; Ribeiro, 2015). Felizmente, graças aos movimentos sociais em defesa dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, tem havido um aumento na representação positiva desses grupos na mídia nos últimos anos, o que auxilia na mudança de mentalidades.

Esses movimentos são essenciais na luta por igualdade e no reconhecimento dos direitos da comunidade. Ao longo da história, eles têm sido responsáveis por conquistas significativas, como a descriminalização da homossexualidade em diversos países, a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo e a maior visibilidade da diversidade sexual e de gênero, o que contribui no combate ao preconceito e discriminação.

Esses movimentos têm por objetivo tornar a comunidade LGBTQIAPN+ mais visível na sociedade, combater a violência física, psicológica e social contra essa minoria, garantir a igualdade de direitos para todas as pessoas, independentemente

de sua orientação sexual ou de gênero, aumentar a representação política de pessoas queer e promover a educação sobre a diversidade para combater o preconceito desde a infância. Através do ativismo e da representatividade, esses movimentos trabalham para aumentar a compreensão, o autoconhecimento e a autoaceitação entre os membros da comunidade LGBTQIAPN+ (Mcauliffe et al., 2022).

No Brasil, houve uma evolução significativa em relação a políticas públicas voltadas a comunidade LGBTQIAPN+ nos últimos anos. A população brasileira tem testemunhado uma crescente conscientização sobre os direitos dessa comunidade, incentivando mudanças na legislação e na construção de políticas públicas mais inclusivas. O Brasil foi um dos primeiros países a descriminalizar a homossexualidade, ainda no século XIX, embora essa medida não tenha garantido a igualdade de direitos, representou um marco importante na luta contra a discriminação. A Constituição Federal do Brasil de 1988, apesar de não mencionar diretamente a comunidade LGBTQIAPN+ em seus artigos, garante a igualdade para os cidadãos, sem discriminação de qualquer natureza, conforme o artigo 5º. O movimento LGBTQIAPN+ organizado começou no Brasil em 1978 com o Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, e se expandiu com a formação de grupos como o GGB em 1980. Uma das primeiras grandes conquistas do movimento foi a retirada da homossexualidade do catálogo de doenças pelo Conselho Federal de Medicina em 1985. A partir disso foram criadas diversas leis e normas que protegem os direitos da comunidade LGBTQIAPN+ aqui no Brasil.

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união civil entre pessoas do mesmo sexo, garantindo direitos semelhantes aos de casais heterossexuais, incluindo o direito à adoção e a herança e pensão, e a Resolução nº 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) proíbe a recusa de casamento civil entre pessoas do mesmo gênero. Já em 2019, O STF determinou que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passasse a ser considerada um crime, passando a ser punida pela Lei de Racismo (7716/89). Em relação ao trabalho, o Decreto nº 8.727 de 2016 estabelece o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero para pessoas trans e travestis na administração pública, a Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que foi ratificada pelo Brasil, proíbe qualquer tipo de discriminação com base em gênero, orientação sexual ou outras características pessoais no emprego e na profissão. Em relação à

saúde, a portaria nº 2.836 de 2011 implementou a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, garantindo acesso ao atendimento de saúde humanizado e adequado às necessidades específicas da população LGBTQIAPN+:

Art. 1º Esta Portaria institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT) no âmbito do SUS, com o objetivo geral de promover a saúde integral da população LGBT, eliminando a discriminação e o preconceito institucional e contribuindo para a redução das desigualdades e para consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo (Brasil, 2011).

Outros exemplos de direitos conquistados pela comunidade LGBTQIAPN+ são a Ação Direta de Inconstitucionalidade (4275/18), que permite a alteração de nome e gênero no registro civil sem a necessidade de cirurgia ou ação judicial, a Resolução nº 001/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que impede psicólogos de sugerirem qualquer espécie de tratamento com o propósito de alterar a orientação sexual de uma pessoa, e a Resolução Conjunta nº 1 de 2014 que estabelece que pessoas LGBTQIAPN+ podem escolher a unidade prisional que melhor se adapta à sua identidade de gênero, com a possibilidade de serem transferidas para celas ou alas específicas para evitar situações de violência e discriminação.

3. A ESCOLA COMO ESPAÇO DE (DES)RESPEITO: A HOMOFOBIA NO COTIDIANO ESCOLAR

A educação brasileira está repleta de problemas, desde a sua estruturação curricular até a infraestrutura precária de suas instituições de ensino, a complexidade do tema é tal que demandaria uma análise aprofundada, o que extrapola os limites deste trabalho. Neste estudo, o foco será direcionado para os problemas de convivência social dentro dos estabelecimentos de ensino, com destaque para o bullying e, em particular, para a homofobia. O ambiente escolar, enquanto espaço de formação e socialização, deveria promover um ambiente de respeito e inclusão, mas, na prática, muitas vezes se torna palco de violências e discriminações.

A escola está inserida em uma sociedade preconceituosa e, logo, reproduz todos os valores e práticas da mesma, dessa forma, é pertinente concordar com Bastos, Cruz e Dantas (2018), a respeito das suas compreensões acerca do modo como a escola pode se tornar um lugar acolhedor para todos:

[...] talvez um dos primeiros passos para alterar a situação da escola seja justamente partir da premissa de que a nossa sociedade é heteronormativa, misógina e homo-lesbo-transfóbica. Esse reconhecimento é tão necessário quanto o desejo de transformar esse lugar de discriminação e preconceito em um lugar acolhedor para todas as pessoas (2018, p. 45).

A Homofobia pode estar presente nas escolas de diferentes formas, até mesmo como violência simbólica, a qual pode ser percebida, por exemplo, nos materiais didáticos, nas concepções curriculares e nas relações pedagógicas normatizadoras (Prado; Junqueira, 2011). Algumas pesquisas inclusive revelam que muitos estudantes LGBTQIAPN+ não se sentem seguros dentro do ambiente escolar e não podem contar com o corpo docente para ampará-los em situações de bullying homofóbico, isso porque os educadores dificilmente reportam situações como esta (Rivers, 2001), e em alguns casos até vitimizam os jovens (Birkett; Espelage; Koenig, 2009). Essa vitimização acarreta em consequências que podem ser observadas desde o ensino fundamental, através da manifestação predominante de sentimentos negativos, como a vontade de não ir ou mudar de escola, a tristeza, o medo e a vontade de machucar o colega que o agrediu, o que pode levar a problemas psicológicos, físicos e sociais, além de prejudicar o aprendizado (Santos; Perkoski; Kienen, 2015).

Além disso, em muitos adolescentes, o bullying desencadeia transtornos depressivos, ansiedade e correlação com a maior probabilidade de desenvolver ideação suicida e, até mesmo, tentativas de suicídio (Moore et al, 2017). Transtornos depressivos, ansiedade e suicídio são efeitos do bullying que prevalecem com frequência na vítima até mesmo depois de este não ocorrer mais (Arseneault, 2017). Ainda, é visível a probabilidade da relação existente entre bullying e desenvolvimento dos sintomas do transtorno de estresse pós-traumático (Albuquerque; Albuquerque; Williams; D'affonseca, 2013).

Na escola, a homofobia se expressa por meio de agressões verbais e/ou físicas a que estão sujeitos estudantes que resistem a se adequar à heteronormatividade. Não só por parte dos alunos, mas até mesmo a instituição escolar de certa forma, discrimina seus alunos. Segundo Louro:

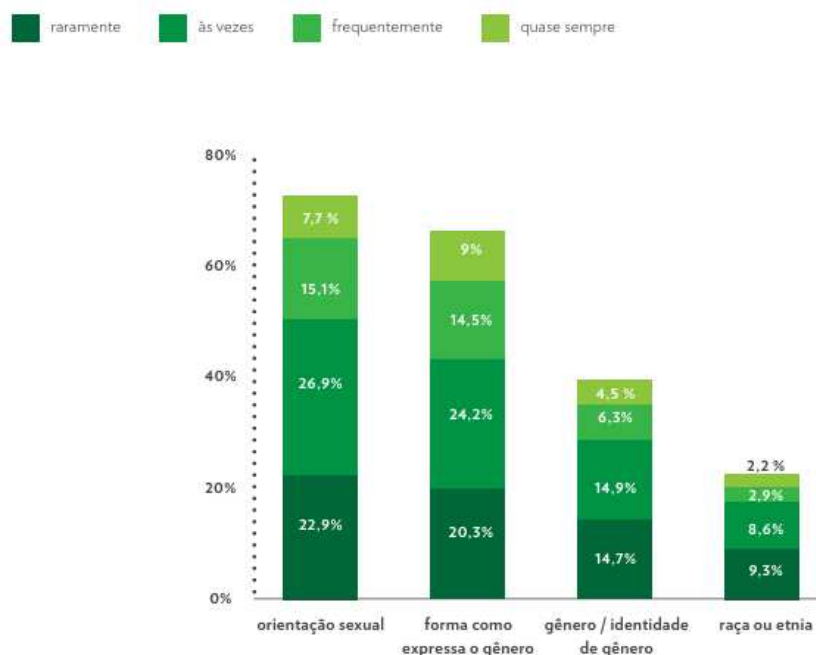
A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem sentido”, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos (1997, p. 58).

Alunas travestis e transexuais não sofrem somente a violência através das manifestações dos outros alunos na escola, mas também pela falta de preparo do corpo docente em lidar com esse tipo de situação. É comum que a gestão escolar não saiba lidar com essas alunas, desrespeitando seus nomes sociais, diminuindo suas pautas e invisibilizando suas violências sofridas na escola.

Essa realidade contrasta com a necessidade de políticas escolares mais eficazes para promover o respeito à diversidade sexual e de gênero. Pesquisas sobre o tema revelam uma lacuna significativa nesse sentido, com projetos voltados ao combate à homofobia e ao bullying sendo insuficientes para garantir a segurança e o bem-estar dos estudantes LGBTQIAPN+ nas escolas. Segundo a Pesquisa Sobre o Ambiente Educacional no Brasil em 2015 com o tema: “As Experiências De Adolescentes E Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis E Transexuais Em Nossos Ambientes Educacionais” realizado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) – Secretaria de Educação, 27% dos entrevistados afirmam ter sofrido agressão na escola e 73%

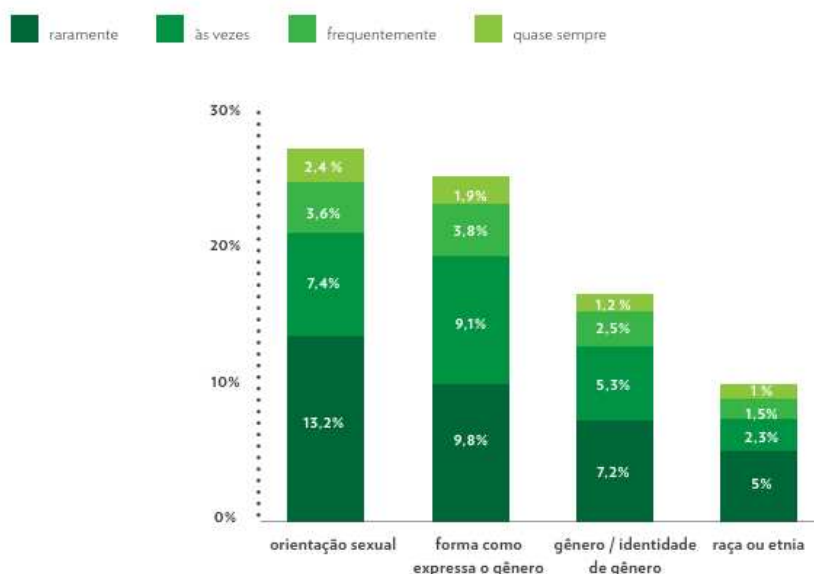
foram alvos de xingamentos em razão de sua orientação sexual. Em relação a identidade ou expressão de gênero, 25% foram agredidos fisicamente dentro da escola e 68% verbalmente.

Gráfico 3 – Frequência da agressão verbal durante o ano passado (2015) na instituição educacional.



Fonte: Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais

Gráfico 4 – Frequência da agressão física durante o ano passado (2015) na instituição educacional.



Fonte: Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais

À vista disso, analisando estes dados e tantos outros, entende-se a real necessidade de se trabalhar um projeto construtivo que possua como intuito transmitir devidamente o respeito à diversidade sexual nas diversas instancias. E cabe a nós, como transmissores/as de informações metamorfosear essa visão deturpada e preconceituosa que nos é imposta diariamente nos diversos âmbitos de nossas vidas.

Nossa população naturalizou o ódio direcionado ao Queer de tal forma, que anteriormente até foram postos em pauta projetos para a educação com foco no combate a homofobia, mas foram interrompidos pelo governo por serem compreendidos como irrelevantes, impróprios ao público infantil e até mesmo se tratar de formas de influenciarem as crianças a se tornarem LGBTQIAPN+. Um exemplo claro e conhecido disso foi o projeto “Escola sem homofobia” que ganhou foco durante as eleições de 2018 após o então candidato à presidência Jair Bolsonaro afirmar durante uma entrevista ao Jornal Nacional que o livro “Aparelho Sexual e Cia” faria parte do projeto, a informação foi logo desmentida, mas rapidamente diversas *fake news* acerca do projeto foram criadas distorcendo seu propósito e fazendo com que os cidadãos enxergassem projetos do tipo como inadequados.

Além disso, também existe o viés de que o professor ao oferecer apoio a alunos LGBTQIAPN+, está na verdade incentivando os outros a se tornarem também homossexuais. Deborah Britzman ilustra muito bem esse receio do corpo docente:

[...] existe o medo de que a mera menção da homossexualidade vá encorajar práticas homossexuais e vá fazer com que os/as jovens se juntem às comunidades gays e lésbicas. A ideia é que as informações e as pessoas que as transmitem agem com a finalidade de “recrutar” jovens inocentes. (...) Também faz parte desse complexo mito a ansiedade de que qualquer pessoa que ofereça representações gays e lésbicas em termos simpáticos será provavelmente acusada ou de ser gay ou de promover uma sexualidade fora da lei. Em ambos os casos, o conhecimento e as pessoas são considerados perigosos, predatórios e contagiosos (1996, p. 79-80).

As instituições escolares, nesse sentido, demonstram uma tendência a omitir ou minimizar as discussões sobre sexualidade e diversidade de gênero, confinando-as ao campo da saúde sexual e reprodutiva. Como afirma Junqueira:

A sexualidade é vista a partir do risco e da ameaça. Faz-se, com frequência, na escola, um discurso repressivo, centrado na medicalização, no medo, na “naturalização da heterossexualidade”, na “heterossexualização compulsória”, na propaganda da conjugalidade heterossexual e à revelia do conhecimento científico (2007, p. 64).

Dentro do ambiente escolar também se observa casos de bullying de caráter homofóbico mesmo entre as crianças menores. É difícil encontrar alguém que nunca tenha presenciado uma situação em que uma criança usou de adjetivos, como viado, bicha ou frango – ou demais usados de forma pejorativa para designar homens gays. -, no intuito de ofender um colega ou alguma pessoa próxima dela que de alguma forma estava lhe importunando. Talvez tal criança nem tenha conhecimento do porquê palavras como essa são usadas como insulto, e apenas esteja projetando um comportamento antes presenciado em casa, com a família, ou em outros ambientes. Mas também há a possibilidade desta criança entender de certa forma a homofobia, e ao ver figuras de importância na sua vida, como os pais, se comportando de tal maneira, aprenda e interiorize também esse preconceito. Uma situação como essa se torna preocupante a partir do momento em que a casa deixa de ser um lugar de construção de valores sólidos e bons e passa a ser uma “escola da ignorância”, repassando as novas gerações tudo que a tempos buscamos formas de sanar.

Na escola, a homofobia encontra um lugar propício para prosperar, e se manifesta em forma de discriminação, agressões verbais e físicas, e até pela negligência do corpo docente frente ao problema, que não sabe como ou não se importa em buscar maneiras de prevenir ou diminuir o problema, ou mesmo pelo silenciamento de certos tópicos relacionados a diversidade na grade curricular. Logo, A escola está sujeita a ser um ambiente homofóbico e heteronormativo, seu objetivo é nos transformar em um tipo de sujeito ideal, ignorando todas as nossas subjetividades, e quem foge à regra e não se adequa as normas e limites impostos acaba ficando a margem do processo de aprendizagem. Como afirma Louro: “Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso” (1997, p. 57).

Os impactos que a homofobia causa na vida dos adolescentes são enormes. Por ser uma fase cheia de mudanças, tanto hormonais quanto sociais, os jovens ficam mais expostos aos diversos tipos de violência presentes na sociedade. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura que nenhuma criança ou adolescente deve sofrer de discriminação ou violência, dentro ou fora do vínculo familiar. Entretanto, o que se observa é uma realidade muito diferente para alguns grupos de jovens brasileiros, sobretudo os homossexuais, que são expostos diariamente a violação de direitos humanos e os mais diferentes tipos de violência. A homofobia interfere na

convivência social, hábitos e comportamentos dos jovens, afeta sua saúde mental e corporal, e o distancia do acesso a serviços de saúde, isto dentre tantos outros problemas que acarreta a vida dos adolescentes, resultando em prejuízos para seu bem-estar.

Admitir que o problema existe é o primeiro passo para solucioná-lo. Precisamos entender que a homofobia está sim presente até na melhor das escolas e a partir disto, buscar caminhos para estabelecer a diversidade sexual e combater a homofobia. Segundo Silva:

Perceber a instituição escolar como um lugar onde o dispositivo pedagógico constitui e transforma a experiência que o sujeito tem consigo mesmo, mostra que, sob práticas pedagógicas e concepções em torno do currículo, a fabricação escolar do sujeito quase sempre é excludente; todo aquele que tente escapar do padrão que a escola impõe é por ela legitimado como anormal, desviado. Quando buscamos refletir acerca do cotidiano escolar, avaliar suas práticas pedagógicas, admitir o caráter violento que há, muitas vezes, na escola - como um reflexo do que há na sociedade -, nos faz perceber como é hipócrita a dita "inclusão, que muitas vezes a escola expõe em seus discursos sobre a sua representação no meio social (2018, p. 203-204).

Como antes falado, os professores não têm formação para lidar com situações como essa, então é necessário que haja investimento em ações nas quais tanto o fazer educacional do profissional quanto o currículo estimulem esse enfrentamento da questão. É preciso que antes de tudo o professor saiba como agir, que medidas deve tomar e que técnicas usar no confronto do problema.

Além disso, existem ações que podem ser realizadas por todos para a melhoria do bem-estar escolar, como incentivar o acolhimento de jovens que por algum motivo, apresentem um comportamento que fuja ao padrão dito pela sociedade; reprimir e tomar medidas mais severas sobre comentários injuriosos feitos por outras crianças, buscar sempre incentivar a participação dos pais nas discussões sobre diversidade sexual na escola; inserir temas em aula que valorizem as diferenças e singularidades etc.

Para a promoção de uma educação inclusiva, a escola deve ser um espaço de acolhimento e respeito para todos os alunos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. A promoção de uma educação inclusiva deve ser uma prioridade, com a implementação de conteúdos curriculares que abordem a diversidade sexual e de gênero de maneira respeitosa, com objetivo de desmistificar

preconceitos e promover a compreensão de que as diferenças são naturais e merecem ser respeitadas.

Outro aspecto importante que vale ressaltar, é a qualificação contínua dos professores, uma vez que ela ajuda a quebrar estigmas, sensibiliza os educadores sobre os impactos da homofobia na vida dos estudantes e os prepara para agir de maneira construtiva diante de situações de discriminação. Essa capacitação deve incluir a reflexão sobre a linguagem inclusiva, o respeito às diferentes identidades de gênero e a promoção de um ambiente de ensino seguro para todos. A escola precisa ser um espaço seguro e acolhedor, onde os alunos possam se expressar sem medo de julgamentos ou represálias. Isso envolve tanto o trabalho com alunos quanto com suas famílias, promovendo uma cultura escolar de respeito à diversidade.

4. ESTRATÉGIAS PARA O ENFRENTAMENTO DA HOMOFOBIA

O enfrentamento da homofobia na escola exige uma abordagem complexa e multifacetada, que englobe tanto a educação propriamente dita acerca do assunto, quanto a conscientização e a criação de políticas institucionais de apoio e proteção (Sousa; Queiroga; Temóteo, 2017). Uma das estratégias mais eficazes é a inclusão da temática da diversidade sexual e de gênero no currículo escolar (Cardinali, 2017), isso pode ser feito de diversas maneiras, como desenvolver materiais didáticos que abordem a história, a cultura e os direitos da comunidade LGBTQIAPN+ e capacitando professores para lidar com o tema em sala de aula de forma sensível, informativa e inclusiva (Cardinali, 2017). É crucial que essa inclusão curricular não se limite a eventos pontuais ou a disciplinas específicas, mas que seja transversal em todas as áreas de conhecimento.

A escola deve ser um espaço de formação de cidadania e respeito aos direitos humanos, e os docentes devem ser encorajados a abordar a diversidade sexual e de gênero, combatendo preconceitos e a discriminação (Moraes, 2017; Jesus, et al, 2008).). A capacitação de professores deve envolver desde a sua formação, ainda na graduação, tendo componentes curriculares específicos para aprender a trabalhar essas questões, quanto formações continuadas para os professores já formados que não tiveram contato com a temática durante a faculdade ou que desejam aperfeiçoar sua prática docente. Essa formação deve abordar não apenas aspectos teóricos, mas também práticos da inclusão da diversidade na escola. A falta de preparo dos professores é um dos fatores que contribuem para a omissão do tema e para a perpetuação da homofobia.

A criação de um ambiente acolhedor e seguro para estudantes LGBTQIAPN+ também é fundamental (Moraes, 2017), a homofobia se manifesta de diversas formas dentro do ambiente escolar, desde verbal e psicológica até a violência física. A escola deve estar atenta a todas as formas de violência e combatê-las. É importante também que os alunos que sofrem homofobia sejam encorajados a denunciar as agressões, para que a escola possa tomar providências. A denúncia pode ser difícil para os alunos, pois muitas vezes envolvem a revelação de sua orientação sexual, por isso é importante criar um ambiente onde os alunos se sintam à vontade para denunciar.

Outra estratégia importante é a formação de redes de apoio. É importante que professores que trabalham com a diversidade sexual e de gênero tenham acesso a

essas redes, onde poderão trocar experiências, compartilhar materiais e se fortalecerem mutuamente, pois o isolamento desses profissionais pode dificultar seu trabalho e torná-los mais vulneráveis.

É dever da escola problematizar os estereótipos e os preconceitos relacionados a sexualidade e diversidade sexual, para que os alunos, por sua vez, possam desenvolver uma visão crítica e respeitosa sobre o tema. A escola deve questionar a heterossexualidade, servindo de espaço de desconstrução de normas e padrões heterossexistas, que reforçam a homofobia e outras formas de preconceito, mostrando que existem outras orientações sexuais e que todas devem ser respeitadas (Moraes, 2017).

Outra possibilidade é que a instituição escolar firme parcerias com outras instituições como organizações não-governamentais (ONGs), universidades e o próprio movimento LGBTQIAPN+, para juntas desenvolver projetos e ações de combate a homofobia. Essas parcerias podem contribuir para a formação de professores, a produção de materiais didáticos e a realização de campanhas de conscientização. É importante denotar que por ser um tema de extrema complexidade e cercado de tabus, a homofobia exige um esforço conjunto de toda a sociedade para o seu enfrentamento, a escola tem um papel fundamental nesse processo, mas não pode agir sozinha.

Para trabalhar a questão da diversidade sexual e de gênero em sala de aula, os professores podem utilizar diversas metodologias (Jesus, et al, 2008), buscando sempre as adaptar a faixa etária dos alunos e ao seu contexto escolar. É importante lembrar que a sexualidade é um tema transversal e deve ser, portanto, integrado a todas as disciplinas, e não ser tratado de forma isolada. Isso pode ser feito através da análise de textos literários, históricos, científicos, e outras áreas de conhecimento, sob a ótica da diversidade sexual e de gênero. É importante que o professor analise criticamente os livros didáticos e outros materiais utilizados em sala de aula, identificando e problematizando possíveis vieses heteronormativos e sexistas, propondo a criação de materiais alternativos pelos alunos que representem a diversidade sexual e de gênero de forma respeitosa.

A realização de projetos interdisciplinares é uma das melhores formas de trabalhar a diversidade na escola, a interdisciplinaridade permite que os alunos compreendam a complexidade do tema e construam um conhecimento mais amplo

acerca, ao mesmo tempo que são envolvidas diferentes áreas de conhecimento. Para tanto, é essencial que o educador esteja atento as reações dos alunos, e que saiba lidar com as resistências que possam surgir.

A criação de espaços de diálogo e troca de ideias entre os alunos, também é uma ótima ferramenta para trabalhar a construção de um ambiente acolhedor e promover o respeito à diversidade de opiniões. É fundamental o papel do professor como mediador durante esses debates, garantindo que todos tenham oportunidade de se expressar e que a conversa se mantenha respeitosa.

O professor também pode promover o contato dos alunos com pessoas LGBTQIAPN+ através de palestras, oficinas e outras atividades. O contato direto com a diversidade contribui para a desconstrução de preconceitos e para a humanização das questões LGBTQIAPN+ (Jesus, et al, 2008). Também é possível a realização de atividades lúdicas e interativas que abordem a diversidade de forma leve e criativa, como jogos, brincadeiras, dramatizações, contação de histórias, entre outras. Esse tipo de atividades serve principalmente para sensibilizar os alunos e promover o desenvolvimento de sua empatia.

Por último, é imprescindível utilizar a tecnologia ao nosso favor. Tem se observado a familiaridade que as crianças das últimas gerações têm desde cedo com telas e aparelhos tecnológicos, querendo ou não, a tecnologia chama muito a atenção delas, e pode ser utilizada como aliada na educação. A exibição de recursos audiovisuais emerge então como uma possibilidade de trabalhar a diversidade. O professor pode fazer uso de filmes, vídeos, documentários, desenhos animados e outras formas de mídia que abordem a pauta de forma sensível e informativa, assim como adaptada a faixa etária dos alunos, cabendo ao educador contextualizar esses materiais e promover a discussão crítica sobre eles.

Para aprofundar a discussão, deixa-se como sugestão aos educadores interessados, dois materiais de referência. O primeiro é o “Catálogo de materiais didáticos e paradidáticos sobre diversidade sexual e de gênero”, que foi produzido com o apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e do Ministério da Educação (MEC). O documento apresenta um catálogo de 86 materiais didáticos e paradidáticos sobre diversidade sexual e de gênero, que são categorizados em teórico-conceituais, de orientação para profissionais da educação, didáticos para cursos de formação continuada e para uso

na educação básica, além de vídeos e jogos. O catálogo visa auxiliar na compreensão e no trabalho com a diversidade sexual e de gênero no contexto educacional.

O segundo é o artigo “LGBTQIAP+: Confira livros, filmes e planos de aula para o debate na escola” do Instituto Porvir que apresenta uma curadoria de livros, filmes e planos de aula sobre identidade de gênero e orientação sexual, visando auxiliar educadores brasileiros a abordar o tema LGBTQIAPN+ em sala de aula. Recursos didáticos são sugeridos para diferentes faixas etárias e níveis de ensino, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. A seleção inclui obras nacionais e internacionais, com foco na inclusão e no combate ao preconceito. O objetivo é promover discussões mais inclusivas e respeitosas nas escolas. Ambos os materiais sugeridos oferecem um conjunto abrangente de recomendações, metodologias e conteúdos pedagógicos que visam promover a valorização da diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar. Esses materiais se destacam por proporcionar ferramentas práticas e teóricas para educadores e gestores, contribuindo significativamente para a construção de escolas mais inclusivas e respeitosas.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1. Caracterização da pesquisa

Tendo em vista a emergência de tal problemática, objetivou-se a realização de uma pesquisa exploratória de natureza básica, centrada na investigação, registro e análise das causas do fenômeno estudado, através da manipulação e controle das variáveis, a fim de fundamentar o conhecimento científico. Para Gonsalves:

A pesquisa exploratória é aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de fornecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado. Esse tipo de pesquisa também é denominado “pesquisa de base”, pois oferece dados elementares que dão suporte para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema (2003, p. 65).

Para tanto, foi feito uso de interpretação e comparações de dados qualitativos e quantitativos coletados previamente através da aplicação de questionários com membros do corpo docente de escolas de ensino fundamental da região da cidade de Pinheiro - MA, sobre o envolvimento com o tema, opiniões, e estatísticas acerca do número de agressões. Severino esclarece que o questionário é um:

Conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. As questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelos sujeitos (2007, p.125).

De acordo com Ragin (1994), dados quantitativos são numéricos e mensuráveis, permitindo análises estatísticas e generalizações. Dados qualitativos, por outro lado, são não-numéricos e descritivos, focando em experiências, significados e contextos.

Juntamente a isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica no intento de descobrir o que já se sabe sobre a temática e correlacionar conhecimentos, criando novas ideias e hipóteses. Para Fonseca:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (2002, p. 31).

5.2. Caracterização dos sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi realizada com doze professores que atuam na cidade de Pinheiro – MA. 7 do sexo feminino (58,3%) e 5 do sexo masculino (41,7%). Com idades entre 24 e 47 anos e de 1 a 26 anos de experiência. Sendo 3 de escolas privadas (25%) e 9 de escolas públicas (75%).



Fonte: dados gerados pela própria pesquisa, 2024.

5.3. Processo de produção de dados

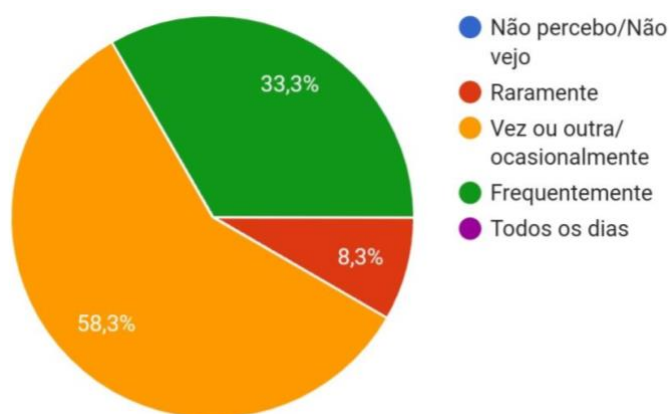
Foram analisadas as respostas de professores da região de Pinheiro - MA a um questionário quanti-qualitativo acerca da temática da homofobia na escola. O questionário foi estruturado em quatro seções: percepção sobre homofobia em sala de aula; envolvimento com o tema; ações e propostas; e estatísticas sobre agressões.

A primeira seção tinha como objetivo entender como a homofobia que acontece em sala de aula é compreendida por esses professores. A segunda seção buscou descobrir qual o grau de envolvimento desses educadores com o tema, assim como o seu comprometimento com a temática. A terceira seção investigou se são cientes da importância do papel do professor no combate a homofobia, e se estão empenhados em levantar essa bandeira ou são coniventes com o preconceito. Ao final, a última seção teve como propósito principal mensurar o número de casos de homofobia acontecidos em escolas da região no último ano, assim como quais foram as suas reverberações.

5.4. Resultado e discussão dos dados

A primeira seção do questionário, “Percepção sobre homofobia em sala de aula”, teve 6 questões, sendo a primeira pergunta: “Com que frequência você percebe manifestações de homofobia em sua sala de aula?”. 33,3% dos professores assumiram notarem essas manifestações frequentemente, enquanto 58,3% dizem vê-las apenas ocasionalmente e apenas 8,3% veem as manifestações raramente. Nenhum professor disse não ver ou perceber a homofobia em sala de aula.

Gráfico 7 – Pergunta 1: Com que frequência você percebe manifestações de homofobia em sua sala de aula?

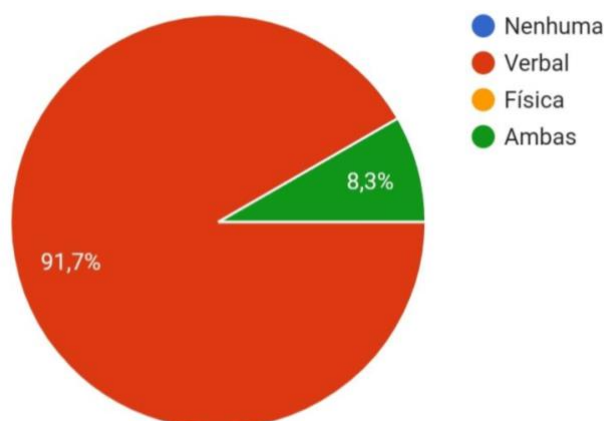


Fonte: dados gerados pela própria pesquisa, 2024.

Os dados obtidos demonstram que mesmo que em diferentes níveis, a homofobia é percebida por todos os sujeitos pesquisados. Esses resultados mostram que a homofobia é uma questão inegavelmente presente no ambiente escolar e que há uma necessidade clara de medidas e estratégias para combater esse comportamento e promover um ambiente inclusivo e respeitoso. Para combater essas manifestações de homofobia nas escolas, intervenções focadas em aumentar a conscientização social e promover ambientes seguros para todos os estudantes são cruciais (Amadori et al., 2023).

Na segunda questão: “Quais formas de homofobia você já presenciou em sua sala de aula?” 91,7% dos professores dizem ter presenciado homofobia verbal, enquanto 8,3% dizem terem presenciado ambas as formas de homofobia, tanto verbal, quando física.

Gráfico 8 – Pergunta 2: Quais formas de homofobia você já presenciou em sua sala de aula?

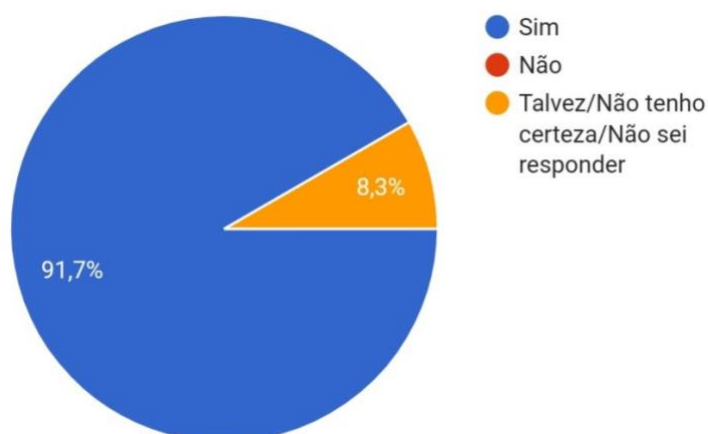


Fonte: dados gerados pela própria pesquisa, 2024.

É perceptível que a forma mais comum de homofobia nas escolas é a verbal, como insultos, piadas ofensivas e linguagem discriminatória. Embora menos comum, a existência de homofobia física, como agressões e violência física, é alarmante e precisa ser abordada com urgência.

Na terceira pergunta: “Você acredita que a homofobia é um problema crescente nas escolas?”, 91,7% responderam que sim, apenas 8,3% não souberam responder, enquanto nenhum professor afirmou uma negativa.

Gráfico 9 – Pergunta 3: Você acredita que a homofobia é um problema crescente nas escolas?



Fonte: dados gerados pela própria pesquisa, 2024.

Com base nesses dados, podemos concluir que, embora uma pequena parcela possa não ter certeza, a grande maioria tem uma opinião firme sobre a questão. Existe uma consciência coletiva e uma preocupação entre os professores sobre o aumento da homofobia nas escolas. Outros dados mostram, inclusive, que a escola não é

percebida como um ambiente seguro para jovens de minorias sexuais e de gênero (Amadori et al., 2023).

A quarta questão foi aberta e tinha como enunciado, “Em sua opinião, por que a homofobia ocorre em sala de aula?”. Os professores responderam em sua maioria, que a homofobia em sala de aula ocorre por falta de respeito e empatia em relação ao próximo. Também foi levantada a questão de a homofobia acontecer no ambiente escolar como reflexo de uma sociedade também preconceituosa, e a responsabilidade dos pais que perpetuam esse preconceito em casa, servindo de mau exemplo para os filhos. A ausência de preparo, tanto de educadores quanto da direção para lidar com questões do tipo também foi citada por alguns professores. A resposta que melhor resume a opinião geral dos entrevistados é a seguinte, dada pelo professor aqui chamado de “Diego” para proteger sua identidade: “De forma geral, a homofobia se tornou banal dentro da nossa sociedade, atende a um problema muito maior que envolve a própria formação da estrutura social baseada em pilares patriarcais, machistas e conservadores que consequentemente abarcam os lares em que os alunos vivem. Então é reflexo de um problema maior [...]”. Essas considerações destacam a complexidade do problema e a necessidade de uma abordagem multifacetada para combater a homofobia nas escolas.

Ao serem questionados se acreditam que a escola possa ser um espaço para a superação da homofobia, na quinta questão, os professores responderam em sua totalidade que sim. A unanimidade na resposta dos professores é um indicativo poderoso e positivo. A escola é vista por eles como um ambiente com potencial significativo para promover mudanças positivas. Isso sugere que há uma base sólida de apoio entre os educadores para implementar estratégias e programas contra a homofobia. A crença coletiva na capacidade da escola de superar a homofobia reflete um comprometimento e uma esperança de que, com as ações corretas, é possível criar um ambiente mais inclusivo e respeitoso. Isso inclui intervenções individuais com professores e alunos, mudanças institucionais nas políticas escolares, e esforços mais amplos para combater o preconceito na sociedade (Newman et al., 2017).

A sexta questão perguntava aos educadores como eles avaliavam o conhecimento de seus alunos sobre diversidade sexual e de gênero. 50% dos professores afirmaram que seus alunos sabiam o básico, 25% disseram que seus

alunos sabiam muito pouco a respeito, 8,3% que não sabiam nada, 8,3% que sabiam bastante e 8,3% que tinham um grande entendimento acerca do tema.

Gráfico 10 – Pergunta 6: Como você avaliava o conhecimento de seus alunos sobre diversidade sexual e de gênero?

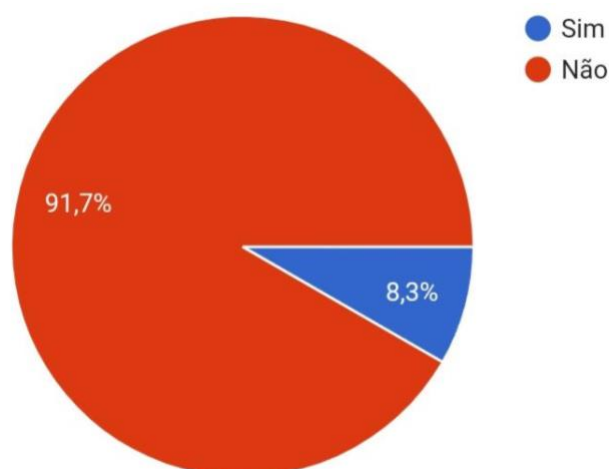


Fonte: dados gerados pela própria pesquisa, 2024.

A partir dessas respostas, podemos concluir que há uma grande variação no conhecimento dos alunos sobre diversidade sexual e de gênero. Isso sugere que, embora alguns alunos tenham um bom entendimento, muitos ainda carecem de informações adequadas. Essas percepções dos professores destacam a necessidade de uma abordagem educacional mais robusta e inclusiva sobre o tema nas escolas. É importante implementar programas e currículos que garantam que todos os alunos tenham acesso a informações precisas e abrangentes, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso.

A segunda seção do questionário abordou o envolvimento dos educadores com o tema, e a primeira pergunta foi se já participaram de alguma formação ou treinamento sobre diversidade sexual e de gênero. 91,7% responderam que não, enquanto apenas 8,3% disse já ter participado.

Gráfico 11 – Pergunta 1: Você já participou de alguma formação ou treinamento sobre diversidade sexual e de gênero?

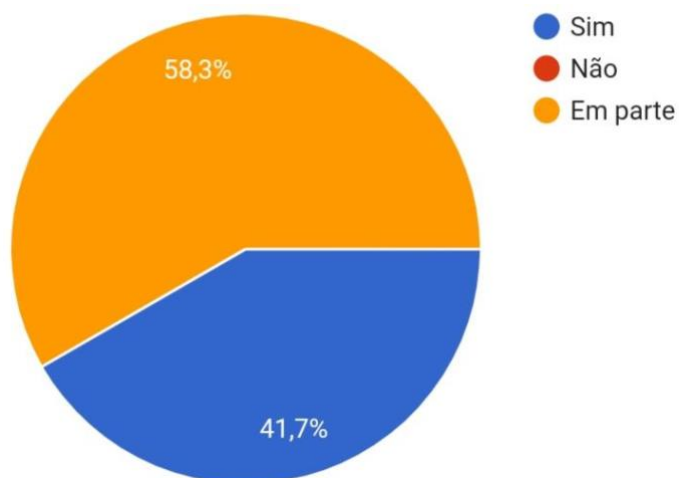


Fonte: dados gerados pela própria pesquisa, 2024.

Esses dados revelam uma lacuna significativa na formação dos educadores sobre diversidade sexual e de gênero. Com a maioria dos educadores nunca tendo participado de qualquer formação ou treinamento sobre o tema, fica evidente a necessidade urgente de programas de capacitação. Isso pode ajudar a aumentar o conhecimento e a sensibilidade dos educadores, permitindo-lhes abordar o tema de maneira mais eficaz e inclusiva. A falta de formação dos educadores pode influenciar diretamente o nível de conhecimento dos alunos acerca da questão. Educadores bem informados são essenciais para promover um ambiente escolar inclusivo e respeitoso.

Quando perguntados se sentiam-se preparados para abordar o tema da homofobia em sala de aula, na segunda questão. Nenhum professor respondeu não se sentir preparado, enquanto 58,3% dizem se sentir preparados em parte, e 41,7% dizem sentirem-se preparados.

Gráfico 12 – Pergunta 2: você se sente preparado para abordar o tema da homofobia em sala de aula?



Fonte: dados gerados pela própria pesquisa, 2024.

Esses dados fornecem uma visão interessante sobre a confiança dos educadores em abordar o tema da homofobia em sala de aula. A maioria dos professores se sente preparada em parte para abordar o tema. Isso sugere que, embora tenham algum nível de conforto e conhecimento, ainda podem sentir a necessidade de mais recursos, apoio ou formação para se sentirem totalmente confiantes. Com 41,7% dos professores se sentindo preparados, há uma base sólida de educadores que se sentem confiantes em lidar com o tema. Isso é positivo e pode indicar que esses profissionais podem servir como mentores para seus colegas que se sentem menos preparados. O fato de nenhum professor ter respondido que não se sente preparado é estimulante. Isso pode indicar que, mesmo aqueles que se sentem apenas parcialmente preparados, ainda têm algum nível de confiança em suas habilidades para abordar o tema. Esses dados destacam a importância de fornecer suporte contínuo e oportunidades de desenvolvimento profissional para os educadores. Programas de formação, workshops e recursos educativos podem ajudar a aumentar a confiança e a competência dos professores em abordar temas sensíveis como a homofobia.

A terceira questão foi aberta e buscava saber quais recursos os professores utilizam ou gostaria de utilizar para abordar o tema da homofobia em sala de aula. Os educadores afirmaram usar rodas de conversa, livros, textos, imagens, vídeos, documentários, filmes, histórias em quadrinhos e manchetes de jornal, e como recursos que gostariam de utilizar, foram citadas palestras com profissionais

(psicólogos), exposições e produções artísticas, podcasts e projetos interdisciplinares. Apenas um dos professores disse não saber responder à questão.

Esses dados mostram que os professores já utilizam uma ampla gama de recursos pedagógicos para abordar o tema. Isso mostra um esforço para diversificar as abordagens e tornar o aprendizado mais dinâmico e acessível. A menção de recursos que os professores gostariam de utilizar indica um desejo de aprofundar e enriquecer ainda mais o ensino sobre o tema, enquanto a variedade de recursos mencionados reflete o engajamento e a criatividade dos educadores em encontrar maneiras eficazes de abordar a homofobia em sala de aula. Isso é um sinal positivo de que os professores estão comprometidos em criar um ambiente de aprendizado inclusivo e respeitoso.

Na última pergunta da segunda seção, “Você acredita que as escolas deveriam ter estratégias mais claras sobre como lidar com casos de homofobia?”, todos os professores responderam que sim. O fato de 100% dos educadores concordarem que as escolas precisam de estratégias mais claras mostra uma preocupação unânime com a forma como a homofobia é tratada no ambiente escolar. Isso destaca a urgência de desenvolver políticas e práticas eficazes. Pesquisas mostram que mesmo esforços modestos para mudar o discurso heteronormativo nas escolas podem ter efeitos profundos nas experiências e percepções de jovens de minorias sexuais e de gênero, o que poderia reduzir significativamente os incidentes de suicídio entre jovens LGBTQIAPN+ (Peter et al., 2016).

A terceira seção foi composta por três questões abertas, sendo a primeira: “Você já tomou alguma atitude frente a uma situação de homofobia em sua sala de aula? Se sim, qual?”. Dois professores disseram ter tomado medidas imediatas e diretas, retirando o agressor da sala e o encaminhando para direção, desses dois, um afirmou que junto a isto, também realizou um trabalho de conscientização através de uma atividade, o que demonstra um esforço adicional para educar e sensibilizar os alunos sobre o tema. Outros oito professores afirmaram apenas ter repreendido o agressor em sala e ter promovido uma conversa sobre preconceito e a importância do respeito com toda a turma. Essa abordagem pode ser eficaz para abordar o comportamento inadequado de forma imediata e também para educar todos os alunos sobre a importância do respeito e da inclusão. Dois professores disseram não ter tomado nenhuma atitude frente a situação. Isso pode indicar uma falta de preparo ou

confiança para lidar com casos de homofobia, ou talvez uma falta de apoio institucional para tomar medidas adequadas. A variedade de respostas destaca a importância de ter protocolos claros e consistentes para lidar com casos de homofobia. Isso pode ajudar a garantir que todos os educadores saibam como agir de maneira eficaz e apropriada.

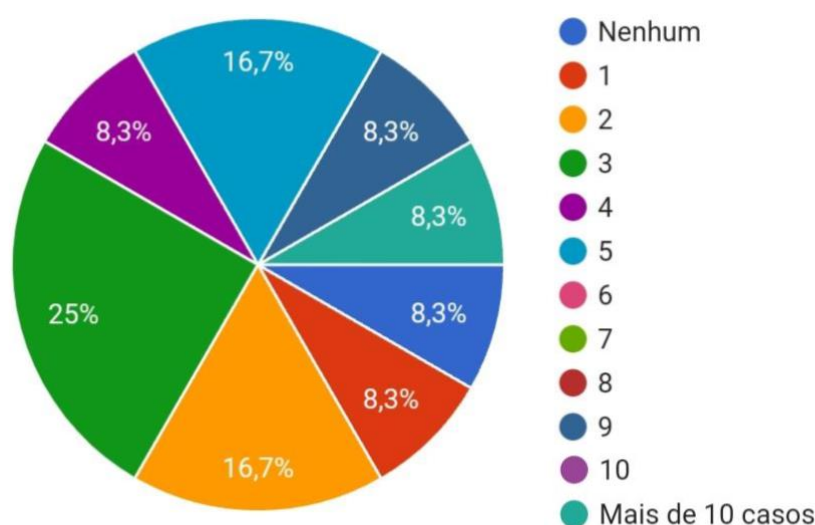
A segunda questão foi: “Quais medidas você considera importantes para combater a homofobia nas escolas?”. Houve um consenso de que a conscientização sobre o tema é o melhor caminho. Foi apontada a necessidade de se debater temas como o respeito, diversidade, direitos humanos, e igualdade social com mais frequência dentro da instituição escolar através de palestras, oficinas, seminários e exibição de documentários, e não vez ou outra, como costuma ocorrer. Também foi apontada por alguns professores a necessidade de haver a formação necessária para trabalhar questões do tipo e como lidar com situações de discriminação em sala de aula. Por último, um professor também apontou a importância de acompanhar as famílias dos alunos, e levar a informação também até elas. Essas considerações podem ajudar a orientar futuras políticas e práticas escolares para garantir que todos os alunos recebam uma educação inclusiva e informada.

A última pergunta questionou os educadores sobre “Qual o papel do professor na prevenção e combate à homofobia?”. Novamente, um consenso, todos os educadores denotaram a importância que o professor tem na formação humana, e construção da moral de seus educandos, e que deve usar dessa influência para informar e mediar situações problemáticas, trabalhar a questão do respeito ao próximo e dos direitos humanos, e abordar temas como a diversidade sempre que necessário e sem medo. Destaca-se a resposta do professor Paulo (pseudônimo) sobre o assunto: “O professor, diante de tal problemática, tem uma função importantíssima, pois, como mediador de conhecimentos, deve oportunizar, em seu planejamento, atividades que despertem a reflexão e sensibilidade dos educandos, visando sempre o respeito mútuo, acima de tudo.” Essas considerações reforçam a necessidade de capacitar os professores para que possam desempenhar esse papel de maneira eficaz e sensível.

A última seção do questionário serviu principalmente para dimensionar a homofobia nas escolas da cidade de Pinheiro – MA, gerando uma percepção estatística das agressões homofóbicas ocorridas recentemente. A primeira questão

foi: “Nos últimos 12 meses, quantos casos de agressão verbal ou física relacionados à orientação sexual ou identidade de gênero você presenciou no ambiente escolar?”. Os professores apresentaram respostas bem variadas. 8,3% disse não ter presenciado nenhuma agressão, 8,3% diz ter presenciado 1 agressão, 16,7% dizem ter presenciado 2 agressões, 25% presenciaram 3 agressões, 8,3% presenciou 4, 16,7% presenciou 5, 8,3% presenciou 9 e 8,3% diz ter presenciado mais de 10 agressões nos últimos 12 meses.

Gráfico 13 – Pergunta 1: Nos últimos 12 meses, quantos casos de agressão verbal ou física relacionados à orientação sexual ou identidade de gênero você presenciou no ambiente escolar?



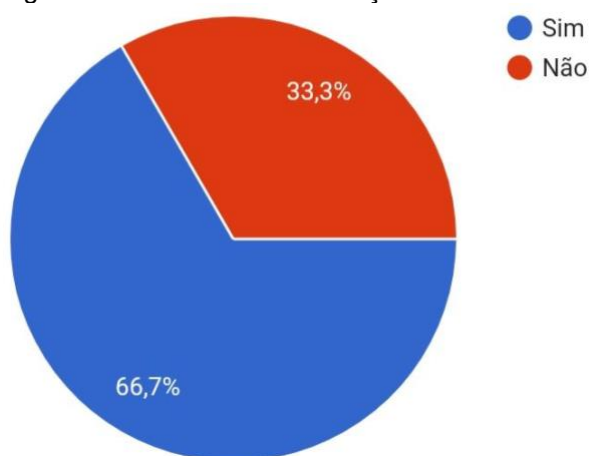
Fonte: dados gerados pela própria pesquisa, 2024.

Esses dados fornecem uma visão preocupante sobre a prevalência de agressões homofóbicas nas escolas de Pinheiro – MA. As respostas variam significativamente, indicando que a experiência dos professores com essa forma de violência é diversa. Isso pode refletir diferenças nas escolas, turmas ou até mesmo na percepção e intervenção dos educadores. A maioria dos professores relatou ter presenciado pelo menos uma agressão nos últimos 12 meses, com um relatando até mais de 10 casos, isso sugere que a homofobia é um problema recorrente e significativo nas escolas. A alta incidência de agressões homofóbicas pode ter um impacto negativo no ambiente escolar, afetando o bem-estar e o desempenho acadêmico dos alunos. A presença de múltiplos casos de agressão destaca a necessidade urgente de estratégias eficazes para prevenir e combater a homofobia nas escolas, isso pode incluir a implementação de políticas claras, formação de

educadores e programas de conscientização contínuos. A heteronormatividade, que sustenta atos reconhecíveis de agressão, deve ser abordada promovendo propositalmente a igualdade das pessoas LGBTQIAPN+ como parte de um *ethos* escolar mais amplo que celebra a diversidade e desafia as desigualdades de todos os tipos (Depalma; Jennett, 2010).

A segunda pergunta: “Você notificou a direção da escola sobre esses casos?”, recebeu 66,7% de afirmativas e 33,3% de negativas.

Gráfico 14 – Pergunta 2: Você notificou a direção da escola sobre esses casos?



Fonte: dados gerados pela própria pesquisa, 2024.

Esses dados revelam algumas informações importantes. A maioria dos professores (66,7%) notificou a direção da escola sobre os casos de agressão homofóbica, isso é positivo, pois indica que muitos educadores estão tomando medidas para garantir que esses incidentes sejam tratados de maneira adequada. No entanto, 33,3% dos professores não notificaram a direção, isso pode ser preocupante, pois a falta de notificação pode resultar em uma resposta inadequada ou inexistente aos casos de homofobia. Pode haver várias razões para isso, incluindo falta de confiança no sistema de apoio da escola, medo de represálias ou simplesmente desconhecimento sobre a importância de relatar esses incidentes.

Na última questão foi perguntado: “Qual foi o posicionamento da direção da escola?”. As respostas foram mistas, revelando uma disparidade significativa na forma como as direções das escolas lidam com esses casos. Enquanto alguns relataram que a direção tomou providências, como conversar com o agressor, chamar seus responsáveis, e até suspende-lo temporariamente, o que reflete em um compromisso em tratar a homofobia de maneira séria e em criar um ambiente escolar seguro e

inclusivo, alguns relataram que a direção chegou a defender o agressor, minimizar a importância do acontecido e até mesmo proibir a discussão do tema com os alunos, esse tipo de resposta é extremamente preocupante, pois essas ações podem perpetuar a homofobia e criar um ambiente escolar hostil para alunos LGBTQIAPN+, o que corrobora para o desenvolvimento de sintomas depressivos e ansiosos entre esses estudantes (Ancheta; Hughes; Bruzzese, 2020).

A partir das respostas obtidas com o questionário é possível concluir que a homofobia no ambiente escolar é um problema grave e urgente que exige ações efetivas para garantir a segurança e o bem-estar de todos os alunos. A escola, como espaço de formação de cidadãos, tem o dever de combater o preconceito e promover a inclusão da comunidade LGBTQIAPN+. É preciso investir na capacitação de professores, na criação de políticas claras e no diálogo com a comunidade escolar para construir um ambiente educativo mais justo, respeitoso e igualitário.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A homofobia é mais um dos preconceitos que existem em nossa sociedade, preconceito esse que também está presente no ambiente escolar. É preciso admitir sua existência e tomar ciência de quais são os malefícios que ela pode causar na vida dos estudantes, e a partir disso tomar atitudes para erradicá-la. Faz parte do fazer docente trabalhar para criar um ambiente escolar saudável e democrático para todos.

Diante disso, é necessário que repensemos nossas práticas educativas, de forma a atender a novas demandas impostas pela sociedade, que está em constante evolução. Não podemos usar o mesmo currículo de anos atrás como se ainda fosse atual e servisse totalmente ao propósito. Nós, como profissionais da educação, temos por obrigação ensinar os jovens a conviver em harmonia na sociedade, e se temos uma pauta tão importante quanto a homofobia para ser tratada, então vamos explorá-la de forma a tirar o máximo proveito do assunto para que juntos construamos uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao abordar a questão da diversidade sexual e de gênero em sala de aula, os professores podem se deparar com muitos desafios, como a resistência por parte da comunidade escolar e dos pais dos estudantes, falta de apoio institucional, dificuldade em lidar com as reações dos alunos, falta de tempo e recursos, e possíveis represálias. Superar esses desafios exige compromisso e responsabilidade por parte dos educadores que estão dispostos a lutar por uma educação de qualidade que valorize a subjetividade humana e o respeito às diferenças. É imprescindível que os professores se sintam apoiados pela escola, pela comunidade e pelas políticas públicas, para que possam realizar seu trabalho de forma efetiva e transformadora. A escola é um ambiente privilegiado para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a abordagem da diversidade sexual e de gênero em sala de aula pode contribuir para a formação de cidadãos mais críticos, conscientes de seus direitos e deveres e respeitosos, capazes de construir um mundo onde todos possam viver com dignidade, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Os desafios são muitos e evidenciam a complexidade do enfrentamento à homofobia no ambiente escolar. Superar essas barreiras exige um esforço conjunto que envolve a formação de professores, o apoio institucional, a participação da comunidade escolar e a implementação de políticas públicas eficazes. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva e respeitosa à diversidade sexual é um

processo contínuo que demanda comprometimento, coragem e constante engajamento por parte de todos os envolvidos. Construir uma educação que tenha por base a inclusão, seja qual for a diferença, é fazer com que a escola desconstrua rótulos, estereótipos e preconceitos que ao longo do tempo foram sendo naturalizadas, como sendo a única verdade (Dias; Menezes, 2017; Dias et al., 2017).

Ainda há muito o que se transformar, haja vista que, no ambiente escolar ainda presenciamos exclusão, homofobia, sexismo, assédio, desigualdade de direitos, bullying, distinções biológicas, entre outros. Entretanto, acredita-se na promoção do presente estudo como forma de buscar uma evolução no campo educacional, um novo olhar para conteúdos pertinentes, e para a formação de novas mentes, desmistificando a ideia de que só possa haver uma forma de ser. Considera-se que os objetivos propostos para a realização deste trabalho, bem como a questão que o norteou foram alcançados e contemplados, entretanto, faz-se ciente que as possibilidades de avanço para este campo de conhecimento não foram esgotadas.

Por fim, identificou-se que são muitos os desafios, mas a importância dessa discussão para a pedagogia e para a sociedade em geral é imensurável. Nos estudos observou-se muita carência de projetos como esse, bem como muitos outros na escola. Buscou-se através desse trabalho mudar essa estatística de desinformação e contribuir para uma prática pedagógica diferenciada e inovadora, trabalhando juntamente com a comunidade, as famílias e a própria escola.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, G. A. et al. **Sexual Diversity and Homophobia in Health Care Services**: Perceptions of Homosexual and Bisexual Population in the Cross-Cultural Theory. *Open Journal of Nursing*, [s.l.] v. 6, n. 6, p. 470–482, jan. 2016.
- ALBUQUERQUE, P. P. DE; WILLIAMS, L. C. DE A.; D’AFFONSECA, S. M. **Efeitos tardios do bullying e transtorno de estresse pós-traumático**: uma revisão crítica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, [s.l.] v. 29, n. 1, p. 91–98, jan. 2013.
- AMADORI, A. et al. **Systematic Review of Intervention and Prevention Programs to Tackle Homophobic Bullying at School**: a Socio-emotional Learning Skills Perspective. *International Journal of Bullying Prevention*. [s.l.] 27 out. 2023.
- ANCHETA, A. J.; HUGHES, T. L.; BRUZZESE, J. M. **The Impact of Positive School Climate on Suicidality and Mental Health Among LGBTQ Adolescents**: A Systematic Review. *The Journal of School Nursing*, [s.l.], v. 37, n. 2, p. 75–86, 8 dez. 2020.
- ARSENEAULT, L. **The long-term impact of bullying victimization on mental health**. *World Psychiatry*, [s.l.], v. 16, p. 27-28, jan, 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.
- BARNES, D. M.; MEYER, I. H. **Religious affiliation, internalized homophobia, and mental health in lesbians, gay men, and bisexuals**. *The American journal of orthopsychiatry*, [s.l.], v. 82, n. 4, p. 505-51, out. 2012.
- BASTOS, Denise; CRUZ, Izaura; DANTAS, Marilu. **Gênero e sexualidade na escola**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.
- BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.
- BEYOND hatred**: lies the path to forgiveness. Direção de Olivier Meyrou. Produção por Christophe Girard e Katharina Marx. França: First Run Features, 2005.
- BIRKETT, M.; ESPELAGE, D. L.; KOENIG, B. **LGB and questioning students in schools**: the moderating effects of homophobic bullying and school climate on negative outcomes. *Journal of Youth Adolescence*. Illinois - EUA, v. 38, n. 7, p. 989-1000, jan. 2009.

BORRILLO, D. **L'homophobie**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor**. Brasília, DOU de 6.1.1989 e retificada em 9.1.1989.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução 175 de 14/5/2013**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2504>. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm Acesso em: 10 de out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. **Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. **Resolução CFP Nº 1, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual**. Brasília, DF: CFP. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. **Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD/LGBT**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 abr. 2014. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=17/04/2014>. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade. ADI nº 4275/2018**. Relator: Ministro Marco Aurélio, 1 de março de 2018. Brasília, 2018b. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15339649246&ext=.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL segue no topo dos países onde mais se mata LGTBs – CUT-SP. CUT SP, 2019. Disponível em <https://sp.cut.org.br/news/brasil-segue-no-topo-dos-paises-onde-mais-se-mata-lgbts-4d85>. Acesso em: 10 out. 2024.

BRITZMAN, Deborah. **O que é esta coisa chamada amor**: identidade homossexual, educação e currículo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96. jan./jun. 1996.

CARDINALI, D. C. **A escola como instrumento do dever constitucional de enfrentamento da homofobia**: Potencialidades e tensões. Revista Publicum, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 157–189, 2017.

COLETTA, Ricardo Della. **Bolsonaro mentiu ao falar de livro de educação sexual no ‘Jornal Nacional’**. El País, 2018. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html. Acesso em: 10 out. 2024.

COSTA, A. B. et al. **Homophobia or sexism? A systematic review of prejudice against nonheterosexual orientation in Brazil**. International Journal of Psychology, [s.l.], v. 48, n. 5, p. 900–909, 16 out. 2012.

DEPALMA, R.; JENNETT, M. **Homophobia, transphobia and culture**: deconstructing heteronormativity in English primary schools. Intercultural Education, [s.l.], v. 21, n. 1, p. 15-26, 1 fev. 2010.

DIAS, A. F.; MENEZES, C. A. A. **Que inovação pedagógica a pedagogia queer propõe ao currículo escolar?**. Revista Tempos e Espaços em Educação, Lado direito, v. 10, n. 23, p. 37-48, out. 2017.

DIAS, A. F. et al. **Schooling and subversions of gender**. Revista Tempos e Espaços em Educação, Lado direito, v. 10, n. 22, p. 83-92, mai 2017.

DINIS, N. F. **Homofobia e educação**: quando a omissão também é signo de violência. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011.

D'MASCHIO, Ana Luísa; CAVALLIN, Beatriz; ABREU, Ronaldo. **LGBTQIAP+: Confira livros, filmes e planos de aula para o debate na escola**. Porvir, 2023. Disponível em: <https://porvir.org/lgbtqiap-confira-livros-filmes-e-planos-de-aula-para-o-debate-na-escola/>. Acesso em: 10 out. 2024.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 10 out. 2024.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2003.

GONZALEZ, Mariana. **Brasil tem 4 casos de LGBTfobia por dia**: dado é subnotificado, diz advogada. UOL Universa, 2021. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/07/15/lgbtfobia-cresce-20-no-brasil-numero-ainda-e-subnotificado-diz-advogada.htm>. Acesso em: 10 out. 2024.

HABARTH, J. M. **Development of the heteronormative attitudes and beliefs scale**. *Psychology & Sexuality*, [s.l.], v. 6, n. 2, p. 166-188, jan. 2014.

JESUS, B. de. et al. **Diversidade Sexual na Escola: Uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens**. Ed. Especial. São Paulo: ECOS. ago, 2018.

JUNQUEIRA, R. **O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da Homofobia no contexto escolar**. In: RIBEIRO, P. et. al. (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: Discutindo práticas educativas*. Rio Grande: FURG, 2007. p. 59-69.

LONGARAY, D. A.; RIBEIRO, P. R. C. **Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais**. *Revista Brasileira de Educação*, [s.l.], v. 20, n. 62, p. 723-747, jul. 2015.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MALCOMNISON, K. M. et al. **The Protestant work ethic, religious beliefs, and homonegative attitudes**. *Mental Health, Religion & Culture*, [s.l.], v. 9, n. 5, p. 435-447, dez. 2006.

MCAULIFFE, C.; CAGE, E.; WALSH, R. J. **“My whole life has been a process of finding labels that fit”**: A Thematic Analysis of Autistic LGBTQIA+ Identity and Inclusion in the LGBTQIA+ Community. *Autism in adulthood: challenges and management*, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 127-138, jul. 2022.

MCNEILL, T. **Sex education and the promotion of heteronormativity**. *Sexualities*, [s.l.], v. 16, n. 7, p. 826-846, out. 2013

MENDES, W. G.; SILVA, C. M. F. P. DA. **Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial**. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s.l.], v. 25, n. 5, p. 1709-1722, mai. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Catálogo de materiais didáticos e paradidáticos sobre diversidade sexual e de gênero produzidos com apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI/MEC**. MEC. [s.l.], [entre 2010 e 2012]. 70 p. E-book. Disponível em: <https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/MEC-Diversidade-Sexual.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

MOORE, A. R. **Understanding heteronormativity in ELT textbooks: a practical taxonomy**. *ELT Journal*, [s.l.], v. 74, n. 2, p. 116-125, mar. 2020.

MOORE, S. E. et al. **Consequences of bullying victimization in childhood and adolescence**: A systematic review and meta-analysis. *World Journal of Psychiatry*, [s.l.], v. 7, p. 60-76, mar. 2017.

MORAES, S. P. De. **Práticas escolares - homofobia e resistências**: a construção de um campo crítico de conhecimento. *Revista Educação*, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 7-14, 2017.

NEWMAN, P. A. et al. **“Pray That God Will Change You”**: The Religious Social Ecology of Bias-Based Bullying Targeting Sexual and Gender Minority Youth - A Qualitative Study of Service Providers and Educators. *Journal of Adolescent Research*, [s.l.], v. 33, n. 5, p. 523-548, 2 jun. 2017.

NUNES, G. D. **A relação entre religião e política na sociedade brasileira**: uma análise sociológica do fenômeno religioso atual. *Último Andar*, [s.l.], v. 27, n. 43, e59972. jan/jun. 2024.

OLIVEIRA, A. L. A. R. M. De; OLIVEIRA, G. G. S. De. **Novas tentativas de controle moral na educação**: conflitos sobre gênero e sexualidade no currículo e na formação docente. *Educação Unisinos*, [s.l.], v. 22, n. 1, jan-mar. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção n. 111 da OIT**: Convenção sobre a Discriminação (Emprego e Profissão). 1958. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235325/lang--pt/index.htm. Acesso em: 10 out 2024.

PETER, T.; TAYLOR, C.; CAMPBELL, C. **“You can’t break...when you’re already broken”**: The importance of school climate to suicidality among LGBTQ youth. *Journal of Gay & Lesbian Mental Health*, [s.l.], v. 20, n. 3, p. 195–213, 30 mar. 2016.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia, hierarquização e humilhação social**. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Orgs.). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

RAGIN, C. C. **Introduction to qualitative comparative analysis**. [s.l.]: cambridge university, p. 299–319, 1994.

RAY, T. N.; PARKHILL, M. R. **Heteronormativity, Disgust Sensitivity, and Hostile Attitudes toward Gay Men**: Potential Mechanisms to Maintain Social Hierarchies. *Sex Roles*. [s.l.], v. 84, n. 1–2, p. 49–60, mar. 2020.

RIVERS, Ian. **The bullying of sexual minorities at school**: Its nature and long-term correlates. *Educational and Child Psychology*, [s.l.], v. 18, p. 32–46. 2001.

ROCON, P. C. et al. **Difficulties experienced by trans people in accessing the Unified Health System**. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s.l.], v. 21, n. 8, p. 2517-2526, ago. 2016.

ROSENFELD, D. **Heteronormativity and Homonormativity as Practical and Moral Resources**. *Gender & Society*, [s.l.], v. 23, n. 5, p. 617-638, jul. 2009.

SANTOS, M. M.; PERKOSKI, I. R.; KIENEN, N. **Bullying**: atitudes, consequências e medidas preventivas na percepção de professores e alunos do ensino fundamental. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto - SP, v. 23, n. 4, p. 1017-1033, dez. 2015.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Robson Guedes da. **Quando as anormais vão para a escola**: identidades precárias, subjetivação e exclusão escolar. *Revista Aspas*, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 200-209, ago. 2018.

SOBRINHO, Wanderley Preite. **Brasil registra uma morte por homofobia a cada 16 horas, aponta relatório**. UOL Notícias, São Paulo, 20 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/20/brasil-matou-8-mil-lgbt-desde-1963-governo-dificulta-divulgacao-de-dados.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 10 out. 2024.

SOUSA, A. L. De A.; QUEIROGA, C. V. A. De. TEMÓTEO, L. M. **O papel da escola no enfrentamento da homofobia**. *Revista de Pesquisa Interdisciplinar*, Cajazeiras, n. 2, suplementar, p. 408-419, set. 2017.

TGEU. **Projeto de investigação TvT (2016)**. Observatório de Pessoas Trans Assassinadas (TMM). Transrespect versus TransphobiaWorldwide (TvT), ProjectTGEU (2018), Trans Day of Remembrance (TDoR), 2018.

VENTRIGLIO, A. et al. **Homophobia and mental health**: a scourge of modern era. *Epidemiology and Psychiatric Sciences*, [s.l.], v. 30. jan. 2021.

WANDERMUREM, Isadora. **Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo pelo 14º ano**. Terra, 2022. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo-pelo-14-ano,38451949fe084f2a4bdd35dccdbc6260pr1gqufm.html>. Acesso em: 10 out. 2024.

GLOSSÁRIO

Assexual: Pessoa que não sente desejo sexual, ou que não sente atração sexual por nenhuma pessoa.

Identidade de gênero: Diz respeito à experiência interna e individual relacionada ao gênero com o qual a pessoa se identifica.

Intersexual: Pessoa que nasce com características sexuais — incluindo genitais, padrões cromossômicos e glândulas, como testículos e ovários —, que não se encaixam nas noções binárias típicas de corpos masculinos ou femininos.

LGBTfobia: É a terminologia usada para abarcar todas as formas de violência contra pessoas LGBTQIAPN+ em que a motivação principal é sua identidade de gênero e/ou orientação sexual.

Não binário: É a pessoa que não se identifica nem com o gênero masculino, nem com o gênero feminino.

Pansexual: Pessoa que sente atração sexual, romântica ou emocional em relação às pessoas, independentemente de seu sexo ou identidade de gênero.

Sexismo: É uma forma de discriminação baseada no gênero, que se fundamenta na ideia de que um sexo, geralmente o masculino, é superior ao outro, limitando as oportunidades de pessoas, especialmente mulheres, em diversas áreas da sociedade.

Queer: É um termo “guarda-chuva”, que abarca várias identidades, expressões de gênero e orientações afetivo-sexuais ditas “dissidentes”.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos professores

Delineando Caminhos Para o Enfrentamento da Homofobia em Ambientes Escolares

Prezado(a) professor(a),

Este questionário faz parte integrante da pesquisa para a elaboração da minha monografia intitulada "Delineando Caminhos Para o Enfrentamento da Homofobia em Ambientes Escolares". O objetivo deste estudo é compreender melhor as percepções dos educadores sobre a homofobia no contexto escolar, buscando identificar desafios e possíveis estratégias de enfrentamento.

Sua participação é de extrema importância para a qualidade desta pesquisa. As respostas fornecidas serão tratadas com total confidencialidade e anonimato, sendo utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, garantindo o sigilo da sua identidade.

As perguntas abordam suas experiências, observações e opiniões sobre a temática da homofobia na escola. Não existem respostas certas ou erradas; o que buscamos é a sua perspectiva sincera e reflexiva.

Agradecemos imensamente sua colaboração e o tempo dedicado a este questionário.

Atenciosamente, Felipe Jesus Pereira.

Curso de licenciatura em Pedagogia - UEMA

* Indica uma pergunta obrigatória

1. **Concorda em responder o questionário e que suas respostas sejam utilizadas como parte dessa pesquisa?** *

Marque todas que se aplicam.

☐ Sim, concordo.

Dados Pessoais

Todos os dados coletados a seguir serão tratados de forma anônima e serão utilizados apenas como forma de controle das respostas

2. Nome (opcional)

3. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

☐ Masculino

☐ Feminino

4. Idade *

5. Tempo de experiência *

6. Tipo de escola *

Marcar apenas uma oval.

☐ Pública

☐ Privada

Percepção sobre homofobia em sala de aula

7. Com que frequência você percebe manifestações de homofobia em sua sala de aula? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não percebo/Não vejo
- ☐ Raramente
- ☐ Vez ou outra/ocasionalmente
- ☐ Frequentemente
- ☐ Todos os dias

8. Quais formas de homofobia você já presenciou em sua sala de aula? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nenhuma
- ☐ Verbal
- ☐ Física
- ☐ Ambas

9. Você acredita que a homofobia é um problema crescente nas escolas? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez/Não tenho certeza/Não sei responder

10. Em sua opinião, por que a homofobia ocorre em sala de aula? *

11. Você acredita que a escola possa ser um espaço para a superação da homofobia? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez/Não tenho certeza/Não sei responder

12. Como você avalia o conhecimento dos seus alunos sobre diversidade sexual e de gênero? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não sabem nada a respeito
- ☐ Sabem muito pouco
- ☐ Sabem o básico
- ☐ Sabem bastante
- ☐ Tem uma grande compreensão/entendimento acerca do tema

Envolvimento com o tema

13. Você já participou de alguma formação ou treinamento sobre diversidade sexual e de gênero? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

14. Você se sente preparado para abordar o tema da homofobia em sala de aula? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

☐ Em parte

15. Quais recursos você utiliza ou gostaria de utilizar para abordar o tema da homofobia em sala de aula? *

16. Você acredita que as escolas deveriam ter estratégias mais claras sobre como lidar com casos de homofobia? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

Ações e propostas

17. Você já tomou alguma atitude frente a uma situação de homofobia em sua sala de aula? Se sim, qual? *

18. Quais medidas você considera importantes para combater a homofobia nas escolas? *

19. Qual o papel do professor na prevenção e combate à homofobia? *

Estatísticas sobre agressões

20. Nos últimos 12 meses, quantos casos de agressão verbal ou física relacionados à orientação sexual ou identidade de gênero você presenciou no ambiente escolar? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nenhum
- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ 5
- ☐ 6
- ☐ 7
- ☐ 8
- ☐ 9
- ☐ 10
- ☐ Mais de 10 casos

21. Você notificou a direção da escola sobre esses casos? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

22. Qual foi o posicionamento da direção da escola? *
